



MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

III PLANO DIRETOR
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE

1966-1968

S U D E N E
DIV. DOCUMENTAÇÃO

1 9 6 6

CDU 354.106.077.1 "1966/68"
338.984.3(812/814.2)

C O N T E Ú D O

APRESENTAÇÃO	7
Parte Primeira — INTRODUÇÃO	11
Parte Segunda — A ECONOMIA DO NORDESTE	
Capítulo I — Análise da Economia	23
Capítulo II — Análises Setoriais	30
Capítulo III — Considerações Finais e Perspectivas	50
Parte Terceira — O III PLANO DIRETOR	
Capítulo IV — As Grandes Linhas de Ação	55
Capítulo V — Infra-Estrutura	62
Capítulo VI — Recursos Naturais	74
Capítulo VII — Recursos Humanos	82
Capítulo VIII — Agricultura e Abastecimento	111
Capítulo IX — Industrialização	119
Capítulo X — Programas Especiais	126
LEI Nº 4.869	135
ANEXOS FINANCEIROS	155

A P R E S E N T A Ç Ã O

Estas notas pretendem apresentar ao Governo, ao Congresso e à opinião pública do Nordeste e do País, o ante-projeto do III Plano Diretor para reger as atividades da SUDENE no período de 1966 a 1968.

É um trabalho da Secretaria, elaborado com extremos de amor à causa pública, por seu competente e dedicado quadro de técnicos e aprovado pelo Conselho Deliberativo da instituição.

Trata-se de um documento singelo, sem maiores pretensões. Busca tão só — se aprovado, finalmente, como se deseja — assegurar, para a região, no período assinalado (e nela se inclui, com destaque, o norte de Minas) uma taxa de crescimento de 7% ao ano, para o produto interno, ou seja, quase duas vezes, em termos de renda per capita, a meta fixada na Carta de Punta del Este, para toda a América Latina. Mais ainda, o Plano almeja diminuir a desigualdade de renda entre o homem do Polígono e o brasileiro do Centro-Sul. Ambiciona promover a integração espacial e setorial da economia nordestina, ligando-a mais estreitamente à economia nacional. Persegue criar novas oportunidades de emprégo e ampliar a oferta de alimentos para uma população em crescimento e para uma indústria em expansão. Mas, acima de tudo, o III Plano espera criar condições reais para melhorar o padrão material e cultural de vida de uma gente desejosa de progredir e que constitui um terço da população de todo o País.

O Plano, em sua essência, segue a linha geral dos dois Planos anteriores. Há, porém, variantes e ênfases, para adequá-lo mais à realidade da Região a que se dirige. O capítulo dedicado ao balanço da economia, sua estrutura atual e tendência, é uma de suas inovações. Outra, é o equilíbrio dos setores e dos programas no conjunto do Plano. Ele "procura assegurar importância maior à agricultura, ao abastecimento, aos recursos humanos e ao desenvolvimento industrial, sem prejuízo de prover financiamentos vultosos para prosseguir a acertada política de investimentos de infra-estrutura no setor de transportes rodoviários, energia e saneamento básico". A estratégia e os objetivos do Plano buscam despertar a participação das próprias comunidades no esforço genuíno por acordá-las e desenvolvê-las. E esta preocupação consciente é não apenas outra linha de ação, mas a garantia de que o Plano desce da frieza dos gabinetes dos teorizadores para o calor da vida das populações a que se destina. Intenta-se, assim, assegurar relações vitais entre as autoridades que elaboram o Plano, e o homem esquecido, a um só tempo beneficiário e agente das transformações que se busca introduzir. O Plano considera, pois, o econômico e o social como igualmente importantes, mas, distintos um do outro. Nêle é sempre presente o conceito de que as modificações dos meios econômicos valem na medida em que permitem atingir fins sociais. E de que o progresso econômico, assim como

influencia o sistema de valores da sociedade em que se atua, dêle recebe o impulso e a direção aonde deve ser levado. Em síntese, o Plano procura despertar no coração do povo a esperança e o desejo de riqueza e de melhores dias.

O espírito, os propósitos e a mecânica do documento reservam lugar marcante para a iniciativa particular ao lado dos investimentos públicos. Também ressaltou a colaboração internacional e estrangeira, que se quer ampla, mas sempre em caráter suplementar ao esforço nacional e condicionada às conveniências da região e do país.

A prego de 1966, o orçamento global contemplado para o triénio, é de Cr\$ 3.846 bilhões, dos quais 50% de origem governamental, 35% de procedência privada e 15% de fontes internacionais. Anote-se que, em relação aos dois Planos anteriores, em termos relativos, diminuiram sensivelmente os investimentos públicos e aumentaram as contribuições do setor privado e extra-nacional ou internacional. Pela primeira vez se tentou assegurar, num quadro global, a lista de recursos de todas as fontes, necessárias e suficientes para manter a taxa de crescimento econômico acima assinalada. De todos os dinheiros públicos arrolados para o Nordeste, no triénio, apenas 19% devem caber à SUDENE. Esta, aqui, o que pretendeu assegurar foi seu caráter de órgão de planejamento e de coordenação, descentralizando ao máximo, em favor de estruturas técnicas e administrativas regionais e estaduais, as tarefas executivas e de aplicação de recursos.

O Plano apresenta-se, assim, ordenado, equilibrado, coordenado e ambicioso. Vai, sem dúvida, exigir esforço extraordinário da Secretaria, dos Governos estaduais, das comunidades da região, para colocá-lo em ação, para traduzi-lo em obras sérias, que beneficiem o maior número.

A despeito de vários tropeços, muito, porém, já se conseguiu no sentido de flexibilizar as estruturas absorvedoras de recursos. O Nordeste está acordado. O povo sabe o que quer e espera apenas que se lhe indique o papel que deve desempenhar.

Há um Nordeste alirado na luta do desenvolvimento. É um Nordeste novo, animado por uma nova SUDENE que outra coisa não ambiciona senão estar à altura do povo, para o qual, em boa hora, foi criada e a que pretende servir.

Esperamos que o povo leia e comente este documento. Que a imprensa e os órgãos de classe o examinem. Que ofereçam sugestões ao Governo e ao Congresso para melhorá-lo. Procure-se-lhe, porém, guardar a essência e a fisionomia para que a SUDENE dê seu grande passo à frente, na arrancada de enriquecer o Nordeste e a sua gente. ()*

Recife, maio, 1965

JOÃO GONÇALVES DE SOUZA
Superintendente

PARTE PRIMEIRA

Introdução

(*) Considerou-se oportuno incluir aqui a apresentação do Ante-Projeto desta Lei.

O inicio das atividades do Banco do Nordeste do Brasil S/A, em 1954, assinala uma nova fase da política do Governo Federal em relação ao Nordeste (*). Desde então, as soluções aos problemas sociais e econômicos desta parte do território nacional que, em virtude das estiagens periódicas que a assolam, se havia constituído em preocupação constante do Governo Central, não mais se orientariam no sentido de mero "combate às sécas"; mas viriam a ser encaradas e reformuladas de um ponto-de-vista da organização econômica da Região.

A experiência operacional do BNB, enriquecida com os trabalhos de pesquisa do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE), não só justificaria, em breve tempo, a nova política, mas, traria à evidência, também, a necessidade de um órgão de planejamento regional que lhe conferisse maior eficácia.

A Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, veio atender a essa necessidade, instituindo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e atribuindo-lhe as seguintes finalidades :

- l —
 - a) — estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
 - b) — supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
 - c) — executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
 - d) — coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

(*) Considera-se Nordeste, neste documento, para a análise da economia regional, os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; para fins de programação, entende-se, também, como Nordeste a parte do território de Minas Gerais incluída no Polígono das Sécas (Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951) e o Território de Fernando de Noronha, ou seja, a área de atuação da SUDENE, de acordo com a Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

Em atendimento a suas atribuições, a SUDENE já elaborou e pôs em execução, até agora, o I e o II Planos Diretores, para os períodos, respectivamente, 1960/1962 e 1963/1965. E, não obstante as dificuldades inerentes às complexas tarefas da programação econômica e da sua realização, resultaram, daqueles Planos, efeitos de tal modo estimulantes para o melhor estar da comunidade nordestina que, por si sós, justificam o planejamento regional como instrumento de ação governamental.

Com efeito, a SUDENE realizou na região, até fins de 64, investimentos da ordem de 54,5 bilhões de cruzeiros, os quais, acrescidos aos investimentos programados, totalizariam, no fim deste ano, mais de 100 bilhões de cruzeiros, a preços correntes. Ao mesmo tempo, graças aos incentivos fiscais e às facilidades de crédito que vem proporcionando aos empreendedores, foram aprovados, pela SUDENE, projetos industriais que possibilitarão, quando concluídos, a criação de cerca de 100 mil novos empregos, diretos e indiretos, e atingirão soma aproximada a 200 bilhões de cruzeiros em novas inversões.

São muito significativos, por sua vez, alguns indicadores do desenvolvimento econômico do Nordeste, após o advento da SUDENE. No quinquênio 1959/1964, o consumo de energia elétrica, na Região, se elevou de 45 quilowatts/ano por habitante para 60 quilowatts e, na área servida pela CHESF, alcançou a 90 quilowatts. Criaram-se, com os programas de ensino primário, oportunidades de novas matrículas para cerca de 63.000 crianças em idade escolar e melhoraram-se as condições de ensino e de aprendizagem para, em números redondos, 100.000 escolares.

Para elevar o nível profissional dos órgãos governamentais, foram treinadas aproximadamente 2.000 pessoas.

E, ainda no que toca à oferta de serviços, perfuraram-se quase 400 poços, na região semi-árida, com o fim de atender, *in loco*, as necessidades de água das populações humanas e dos rebanhos.

No referente às vias de comunicação, pavimentaram-se cerca de 600 Km. de estradas e implantaram-se 2.000 Km. de novas rodovias.

Com o objetivo de identificar as potencialidades do Nordeste em recursos naturais, a SUDENE realizou, até hoje, o levantamento geológico de 60.000 Km.², a prospecção mineralógica de 200 ha., o levantamento cadastral de todas as ocorrências de scheelita e de pegmatitos, localizadas na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e elaborou a carta geológica dos 75.000 Km.² do Vale do Jaguaribe.

No setor da experimentação agro-pecuária, a SUDENE, em cooperação com agricultores e criadores, instalou 14.600 ha. de campos de sementes selecionadas de algodão, 6.700 ha. de campos de forrageiras (palma e graminea) 40 núcleos de melhoramento genético de suínos; em seus campos de experimentação, foram produzidas, ainda, 250.000 mudas de coqueiro e 285.000 mudas de plantas frutíferas.

Por fim, ressalte-se, como exemplo da ação profícua da SUDENE, que a dinâmica da economia nordestina — atestada pelas taxas de crescimento da renda regional no quinquênio — vem contribuindo, já agora, para atenuar as recessões conjunturais da economia do país.

O que tem feito a SUDENE, todavia, não se pode avaliar, apenas pelo volume de investimentos, de origem interna e externa, que tem carreado para o Nordeste, de forma ordenada, pelos indicadores e pelos projetos dantes men-

cionados, pelas taxas recentes de crescimento da economia regional. É ela responsável, também, por uma nova mentalidade, que se instaurou na Região, de coordenação dos investimentos públicos, para aumentar-lhes a eficácia, e de orientação dos investimentos privados no sentido de atribuir-lhes maior rentabilidade social.

Abstraindo, por isso, os efeitos meramente econômicos do I e do II Planos Diretores, que serão focalizados posteriormente, importa sobrelevar que o impacto inovador da SUDENE se faz sentir, também, através de :

- a) — a criação de uma mentalidade voltada para o desenvolvimento, consequência do livre debate dos problemas regionais em todos os seus níveis e das facilidades de contatos que colocaram, em pouco tempo, o Nordeste em ligação com o resto do país e do mundo;
- b) — o fortalecimento do espírito empresarial, indispensável à continuidade do processo de crescimento;
- c) — a ampliação dos quadros técnicos requeridos pelo processo de transformação social, cujas relações se tornam, gradativamente, mais intensas e complexas.

Importa sobrelevar, igualmente, o espírito de trabalho cooperativo que a SUDENE vem formando na região, com o propósito de assegurar condições ao estabelecimento de uma política de coordenação e de esforço conjunto, para o Nordeste, em áreas específicas, mas, envolvendo, a um só tempo, várias entidades públicas ou privadas. É sintomático do avanço, que se logrou neste terreno, o fato de alguns órgãos com atuação no Nordeste — Comissão do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — haverem acordado, em recente reunião promovida pelo MECOR, em que, sem quebra da autonomia administrativa dos mesmos, caberia à SUDENE definir as linhas gerais para a fixação das metas prioritárias da ação de cada um no Nordeste.

O III Plano Diretor, constante do presente documento, reforça a continuidade de ação da SUDENE, ajustada às transformações resultantes do próprio processo do desenvolvimento, e descontina outros horizontes à melhoria das condições sócio-econômicas das comunidades nordestinas e à integração, cada vez maior da economia regional na economia brasileira.

É relevante assinalar que o seu aparecimento coincide com um momento da vida nacional em que se está afirmando cada vez mais, no País, a consciência de que o planejamento econômico e social é instrumento adequado a promover a melhoria dos padrões de vida da comunidade brasileira. E em que se vem insistindo, também, na necessidade de integrar-se o planejamento regional no planejamento nacional.

Quanto a este último ponto, observa-se que a experiência da SUDENE confirma que o desenvolvimento das regiões reforça e alarga as possibilidades de desenvolvimento dos países como um todo e, assim sendo, é válido afirmar-se que o planejamento regional é condição da maior eficácia no planejamento

nacional. Mas, concomitantemente, tal experiência sugere que qualquer medida no sentido de integrar-se o planejamento regional no planejamento nacional sómente é válida quando se considera, especificamente, os problemas regionais e não se procura transferir a decisão sobre os mesmos a entidades alheias à região.

Isso posto, apresenta-se a seguir, uma síntese esquemática do III Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, de modo a permitir uma visão compreensiva dos seus objetivos, metas, diretrizes e, bem assim, a oferecer elementos de comparação com os planos anteriores.

I — OBJETIVOS GERAIS E METAS GLOBAIS :

- 1 — Aumentar a renda *per capita* do Nordeste a um ritmo suficiente para diminuir a desigualdade atual em relação ao Centro-Sul, estabelecendo-se a taxa cumulativa média anual de 7% para o crescimento do produto interno da Região.
- 2 — Promover a integração espacial e setorial da economia nordestina, buscando dar-lhe complementariedade, evitar distorções locais de crescimento e integrá-lo, cada vez mais, na economia brasileira.
- 3 — Criar novas oportunidades de emprêgo, a fim de absorver o crescimento da população ativa e diminuir o *deficit* existente e modificar a estrutura atual do emprêgo em favor dos setores secundário e terciário da atividade econômica.
- 4 — Elevar a taxa de crescimento da produção primária (inclusive mineração) no sentido de :
 - a) aumentar a oferta *per capita* de alimentos;
 - b) ampliar, no setor agrícola, a capacidade do consumo de produtos industriais;
 - c) expandir a oferta de matérias primas.
- 5 — Alargar as possibilidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento no sentido de propiciar a todos um mínimo de oportunidades de realização pessoal e ensejar melhores condições de mobilidade social.

II — DIRETRIZES GERAIS :

- 1 — Em relação direta com o primeiro objetivo :

1.1 — Manter uma elevada taxa de investimentos na Região.

1.1.1 — Promover os meios de captação das poupanças privadas locais e nacionais; a) conservação e am-

pliando a utilização do sistema atual de incentivos; b) criando ou estimulando os meios de captação direta; c) criando e conservando as economia externas necessárias.

1.1.2 — Manter um nível de investimentos públicos na região que permita criar e fortalecer os estímulos à atração e à orientação dos investimentos privados, suprir as necessidades daquelas áreas prioritárias para as quais a iniciativa privada não manifesta interesse ou em que se recomenda a participação direta do setor público.

1.1.3 — Atrair e orientar a aplicação de recursos externos.

1.1.4 — Criar uma nova mentalidade empresarial que possibilite a participação mais eficaz da iniciativa privada no desenvolvimento.

1.2 — Aumentar a produtividade dos fatores de produção.

1.2.1 — Promover o conhecimento dos recursos regionais.

1.2.2 — Melhorar a qualificação da mão de obra.

1.2.3 — Aperfeiçoar os métodos de operação, através da introdução de inovações tecnológicas e do reequipamento técnico das unidades de produção.

1.2.4 — Assegurar uma política de investimentos industriais que busquem mais altos índices de produtividade do capital ou utilizem maior densidade de mão de obra e matérias primas regionais.

1.2.5 — Estimular a coordenação e a melhoria da capacidade operacional dos órgãos públicos da região.

1.2.6 — Criar e manter as economias externas necessárias, ao nível e qualidade requeridos.

1.2.7 — Mobilizar as comunidades locais para aumentar a sua consciente participação no esforço do Desenvolvimento.

2 — Em relação ao segundo objetivo geral :

2.1 — Identificar e promover o desenvolvimento das áreas polos de crescimento.

2.2 — Executar projetos de desenvolvimento integrado.

2.3 — Realizar a interligação geográfica do Nordeste, através dos meios de transportes e comunicações no sentido de criar condições para a integração do mercado interno e dêste com as demais regiões do País.

2.4 — Distribuir geograficamente as economias externas, a serem criadas, de modo a ensejar a integração da economia regional.

3 — Em relação ao terceiro grande objetivo :

3.1 — Orientar a política de investimento no sentido de absorção de mão de obra não qualificada desempregada ou subempregada.

3.2 — Elevar o nível de qualificação de mão de obra, adequando a oferta desta à estrutura de demanda.

3.3 — Criar instrumentos reguladores do mercado de trabalho.

4 — Em relação ao quarto objetivo geral :

4.1 — Reorganizar a economia agrícola e apoiar o programa nacional de reformulação da estrutura agrária.

4.2 — Melhorar a comercialização da produção agrícola.

4.3 — Ampliar a oferta de terras, pelo deslocamento da fronteira agrícola e a melhor utilização das terras não aproveitadas.

4.4 — Aumentar a produtividade agrícola pela introdução de inovações tecnológicas adequadas às condições regionais.

4.5 — Intensificar a produção de alimentos para o consumo interno, de matérias primas para indústria regional e de produtos agrícolas para a exportação.

5 — Em relação ao quinto objetivo geral :

5.1 — Dar ênfase aos Recursos Humanos, tomados aqui em sua condição de beneficiários finais do processo de produção, ampliando a oferta de serviços finais e de caráter social, tais como Educação, Saúde, Habitação, etc.

5.2 — Criar condições de melhoria de renda para os artesãos, pescadores, pequenos industriais e agricultores.

5.3 — Promover as medidas indiretas, dentro do âmbito de atuação da SUDENE, para a distribuição da renda.

5.4 — Utilizar os incentivos aos investimentos na Região, como meio de promover a democratização do capital.

III — O III PLANO DIRETOR :

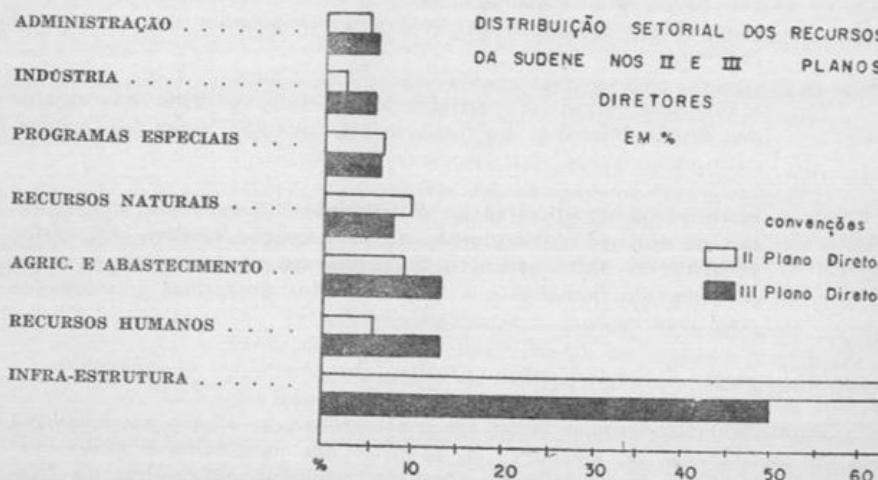
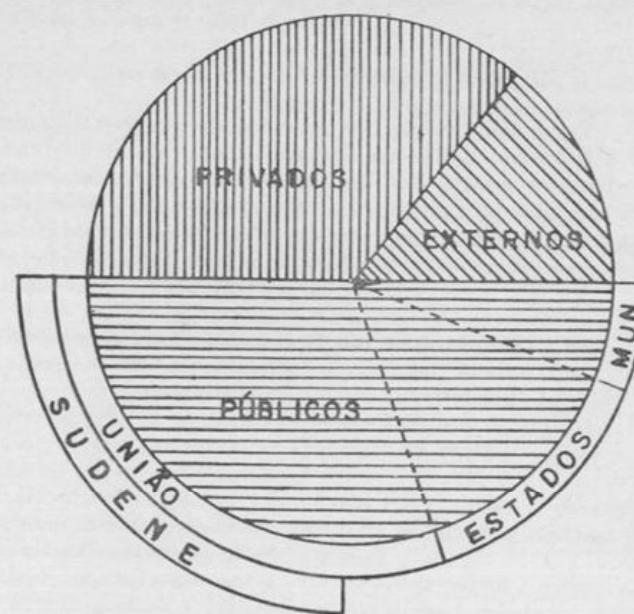
Como continuação do processo de programação regional, iniciado com o I e II Planos, o III Plano Diretor, mantendo as diretrizes básicas da política de desenvolvimento dos documentos anteriores, procurará assegurar sua efetiva execução ou corrigí-las quando necessário, e dêles se diferenciará pela recomendação de novas diretrizes ou pela ênfase adotada para algumas outras.

De fato, este Plano se caracteriza por :

- a) — ênfase dada aos Recursos Humanos, encarados, indissoluvelmente, como fatores de produção e beneficiários finais do processo produtivo;
- b) — adoção de diretrizes definidas em relação ao problema do empréstimo;
- c) — maior participação das comunidades locais de forma decisiva e consciente no processo de desenvolvimento;
- d) — maior preocupação pelos aspectos do desenvolvimento, vinculados à melhoria das condições de bem-estar social;
- e) — adoção de uma metodologia que enfatiza os aspectos espaciais das atividades econômicas na análise e na solução dos problemas regionais;
- f) — maior importância à participação do setor privado nas tarefas do desenvolvimento, particularmente, no que tange ao esforço para aumentar os níveis de investimentos;
- g) — modificação significativa na distribuição dos recursos, sendo digno de registro a diminuição da participação relativa dos gastos previstos na infra-estrutura, o incremento nas dotações do setor de Recursos Humanos e a ampliação dos programas relacionados com a agricultura e a industrialização;
- h) — maior descentralização executiva das atividades da SUDENE.

Implicitamente, levou-se ainda em consideração, no Plano, um problema que, por motivos óbvios, não teve, no contexto dos programas, o realce que lhe é devido. Trata-se da situação atual da economia açucareira, no Nor-

Distribuição dos Recursos Destinados a Inversões
Segundo as Fontes
1966/1968



deste, cuja crise se vem agravando consideravelmente. Um grupo de Trabalho, de nível inter-ministerial, está se ocupando no momento, sob a coordenação da SUDENE, da análise, em profundidade, da questão.

Cumpre, todavia, esclarecer que não é atribuição da SUDENE resolver problema tão complexo, por quanto o mesmo depende de transformações radicais e inadiáveis na estrutura atual da agro-indústria do açúcar. Só implicitamente, por isso, foi ele considerado em alguns programas relacionados com a Agricultura, notadamente os que dizem respeito a novas formas de organização do setor agrícola.

IV — RECURSOS E FINANCIAMENTO

Para a consecução dos objetivos colimados, o III Plano Diretor prevê, para o triênio 1966/1968, a aplicação dos recursos constantes do quadro abaixo, distribuídos segundo as fontes de financiamento :

FONTE	RECURSOS (Em Cr\$ bilhões de 1966)
DE ORIGEM NACIONAL	3.315
1. Setor privado	1.380
a) indústria	920
b) agricultura	205
c) serviços	225
2. Setor público	1.935
a) municípios	150
b) Estados	485
c) União	1.300
DE ORIGEM EXTERNA (*)	549
TOTAL	3.864

(*) Equivalentes a US\$ 255 milhões. A taxa utilizada para conversão foi a de US\$ 1 = Cr\$ 2.150.

O volume total dos recursos foi estimado, tendo em vista a taxa de crescimento do produto bruto estabelecido como meta a alcançar e a relação incremental capital/produto, por sua vez, estimada para a Região em 2,8.

Para a distribuição pelas possíveis fontes de financiamento, levou-se em conta, de início, a capacidade de inversão do setor privado, avaliada da seguinte forma :

- a) — para o setor industrial, considerou-se o montante dos investimentos já programados e a massa de projetos em tramitação na SUDENE;
- b) — para os setores agricultura e serviços, estimou-se a necessidade de formação de capital, compatível com as respectivas taxas históricas de crescimento, e admitiu-se como suas contribuições nos anos futuros;

Foram projetados os investimentos do Setor Público, discriminados por Municípios, Estados e União, tomando-se as informações referentes aos anos de 1962, 1963 e 1965, respectivamente, como base. Nestes, a participação da SUDENE é da ordem de 745 bilhões de cruzeiros.

As hipóteses fundamentais utilizadas foram as seguintes :

- a) — as taxas históricas de investimento serão aumentadas a partir de 1965, como consequência da elevação do nível da receita, graças à maior eficiência na arrecadação dos tributos e à maior racionalidade na formação da despesa pública;
- b) — o volume das arrecadações se elevarão a Cr\$ 850 e Cr\$ 400 bilhões, respectivamente, Estados e Municípios;
- c) — as inversões do Governo Federal, crescerão, em média, relativamente a 1965, a 6% ao ano.

Nas estimativas dos recursos provenientes de setores nacionais, públicos e privados, levou-se em conta a existência de apreciável massa de capital, decorrente da criação de numerosos fundos por parte do Governo Federal, como suporte ao programa nacional de investimentos.

A contribuição externa mereceu cuidados especiais dado ao seu caráter de complementariedade e das formas complexas que caracterizam a mobilização desses recursos. Foram consideradas, por um lado, as necessidades da Região em moeda forte para pagamento de serviços e equipamentos no estrangeiro, bem como pagamento de serviços pessoais decorrentes de missões técnicas estrangeiras e internacionais e, por outro, as disponibilidades presumíveis dos organismos de cooperação internacional.

PARTE SEGUNDA

A Economia do Nordeste

Capítulo I
A N A L I S E D A E C O N O M I A

1. SITUAÇÃO ATUAL

Ao término do II Plano Diretor, torna-se cada vez mais evidente a correção das disparidades que se vinham acentuando na década dos 50 entre o crescimento do Nordeste e o crescimento do Brasil como um todo.

Investimentos maciços do Governo Federal na região, através de grandes empresas de economia mista, como a CHESF e a PETROBRÁS, e a criação do Banco do Nordeste do Brasil S/A, podem ser encarados, à primeira vista, como os fatores que contribuiram para impedir que se agravasse a tendência de uma participação decrescente da renda regional na renda nacional. Concomitantemente, os efeitos da nova política do Governo Federal para o Nordeste, resultantes da ação pioneira do BNB, e, mais diretamente, da SUDENE, permitiram, inclusive, que se invertesse aquela tendência de tal modo que, a partir de 1960, a participação relativa da renda do Brasil, como um todo, vem aumentando continuadamente.

Tabela I
Estimativa da Renda e População do Nordeste
(1962)

Especificação	Renda Interna		População (milhões de habitantes)	% Renda interna do NE e RP em relação à do Brasil		
	Total Cr\$ bilhões	Per capita Cr\$ mil		Renda per capita do NE em relação à do RP e do Brasil	População NE e RP em relação à do Brasil	
Nordeste	784,9 (1)	33,4	23,5	18,2	—	31,2
Resto do País	3.528,8	68,1	51,8	81,8	49,0	68,8
Brasil	4.313,8 (2)	57,3	75,3	100,0	58,3	100,0

(1) Estimativa da SUDENE.

(2) Calculado aplicando-se ao PBI determinado pela FGV a mesma relação Renda Interna/PBI para 1960.

Comparada, entretanto, à renda *per capita* de outros países do Continente, a renda por habitante do Nordeste não atinge a 50% da do conjunto da América Latina e, a nível de países, supera apenas a dos residentes na Bolívia, Haiti e Paraguai, e aproxima-se, sem alcançar, da renda média do equatoriano.

Por outro lado, a renda nordestina, além de baixa, apresenta uma distribuição muito desigual, tanto no tocante às unidades político-administrativas da região, quanto no referente às camadas sociais da população.

Sob o primeiro aspecto, é ilustrativo o fato de a renda *per capita* do Piauí, o Estado menos desenvolvido da Região, equivaler a 48% da renda média de Pernambuco, o Estado mais desenvolvido. Quanto à distribuição da renda pelas camadas da população, não se dispõe de dados estatísticos que permitam compará-la com maior objetividade. Entretanto, pesquisas sobre o abastecimento alimentar das grandes cidades do Nordeste, realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, em cooperação com a SUDENE, e, para o Recife, também pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, revelaram ser bastante elevada a concentração das famílias nos grupos de renda mais baixa.

Tal fenômeno merece, sem dúvida, particular interesse. Com efeito, o problema da distribuição da renda emparelha, em magnitude, com o problema de crescimento da renda, não só por motivos de bem-estar social, mas, igualmente pelos estorvos que uma distribuição acentuadamente desigual das receitas da comunidade acarreta à expansão do mercado e, em consequência, à própria expansão e diversificação das atividades econômicas, características do processo de desenvolvimento econômico.

No que toca à composição do produto regional, predominam, no Nordeste, as atividades primárias que, em 1962, representaram 48 por cento de seu valor. No mesmo ano, a indústria e os serviços contribuiram, respectivamente, com 17 por cento e 35 por cento do valor da produção regional.

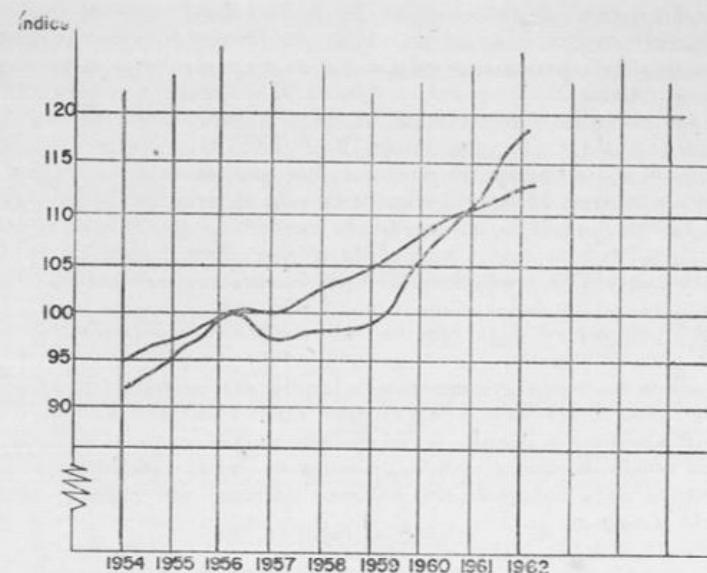
Esta composição do produto se reflete, também, na estrutura ocupacional. Pelos dados do Censo de 1960, mais de 60 por cento da população econômica ativa se encontram no setor rural e um pouco menos de 40 por cento no setor urbano. Daí porque, apesar do considerável incremento que se vem observando, em termos absolutos e em termos relativos na população pertenciam ao quadro rural, contra cerca de 55 por cento, no Brasil. Ressalte-se porém, que de todas as regiões brasileiras foi o Nordeste a que apresentou menores taxas de incremento da população rural e da população urbana (respectivamente 1,1 e 4,9), no período intercensitário 1950/1960.

Mais do que a situação atual da economia nordestina, ora descrita de maneira muito geral, interessa a análise da sua recente evolução, pelos motivos que se apreciam em seguida.

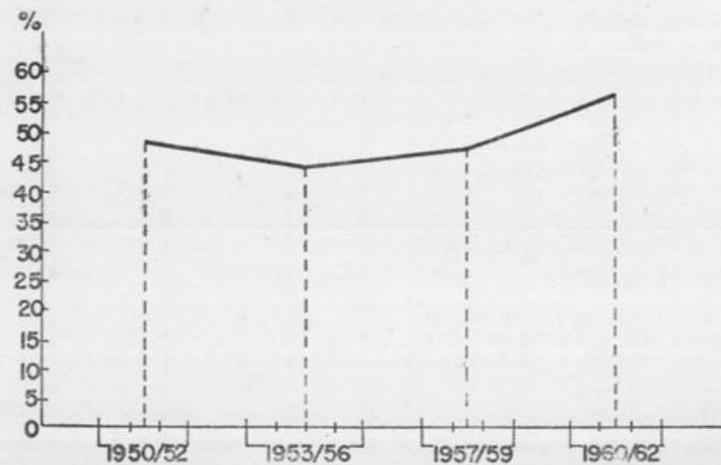
2. EVOLUÇÃO RECENTE

Com efeito, a partir da observação de que continuam baixos os níveis de renda, não se pode concluir que as medidas tomadas pelo setor público, como investidor e coordenador dos recursos e incentivos, além da situação favorável do comércio externo e da resposta aos incentivos pelo setor industrial, não tenham provocado na região efeitos capazes de reduzirem os desniveis regionais.

Evolução da Renda do Nordeste e do Brasil
1954/1962



A Renda Per Capita do Nordeste como Percentagem
da Renda Per Capita do Brasil
(Média dos Periodos)



Apesar das precárias informações de que se dispõe, é possível deduzir-se algo a respeito da evolução da economia nordestina, em relação ao sistema econômico brasileiro.

A análise da participação da renda do Nordeste na renda interna do Brasil põe de imediato em destaque o maior crescimento daquela região nos últimos anos. Com relação à renda *per capita* do país, a percentagem apresentada no período de 1950/1952 foi de 46 por cento, verificando-se uma redução para 43,8 por cento no período 1953/1956. Já em 1957/1959 essa percentagem alcança o mesmo nível dos primeiros anos desta série (46 por cento), superando-a nos anos 1960/1962 com uma participação de 54 por cento. A Tabela II ilustra a evolução da economia nordestina em relação ao desenvolvimento que tiveram as outras regiões do país e o Brasil como um todo.

O crescimento da renda nos últimos anos apresenta-se mais acentuado, não sómente em razão do maior dinamismo obtido pela economia nordestina, de 1960 a 1963 pelo menos, mas, também, em virtude da redução do crescimento verificado para a economia brasileira e o resto do país, a partir de 1961. Tem influência no maior crescimento da renda *per capita* do Nordeste o fato de a população desta região apresentar uma taxa de incremento menor que a verificada para o Brasil. É conveniente observar que as melhorias introduzidas na coleta de dados para os cálculos da renda interna da região condicionaram de certo modo as percentagens obtidas, sem contudo invalidar a comparação atual.

Tabela II

Participação da Renda do Nordeste na Renda do Brasil e Resto do País

ESPECIFICAÇÃO	<i>Percentagens médias nos Períodos</i>			
	1950/52	1953/56	1957/59	1960/62
1. Renda interna do Nordeste sobre renda interna do Brasil ..	16,1	14,5	15,0	17,1
2. Renda interna total do Nordeste sobre a renda interna do resto do país	19,2	17,1	17,6	20,8
3. Renda interna <i>per capita</i> do Nordeste sobre renda interna <i>per capita</i> do Brasil	46,3	43,8	46,6	54,6
4. Renda interna <i>per capita</i> do Nordeste sobre renda interna <i>per capita</i> do resto do País ..	36,5	34,1	37,1	45,5

Fontes: F.G.V., para os dados até 1960, e SUDENE, estimativas para 1961/62.

Obs.: Mudança na metodologia adotada pela SUDENE em 1961 e 1962, dificulta a comparação com os anos anteriores.

Na série de anos que vai de 1950 a 1962 é possível distinguirem-se dois sub períodos. No primeiro, de 1950 a 1960, obteve-se uma taxa de crescimento em torno de 2,5% por ano, *per capita*. A este se seguiu outro que vai de 1960, quando se iniciou efetivamente a recuperação da grande seca de 1958, até 1962. Neste último período alcançou-se uma taxa anual de crescimento da renda interna *per capita* de pouco mais de cinco por cento. Na realidade, a expansão registrada até 1963 teve início em 1959. Para compreender melhor tal crescimento, note-se que, enquanto o Nordeste obtinha essa taxa, a economia brasileira, influenciada ainda pelo processo de substituição de importações, crescia em torno de 2,9 por ano, que é uma taxa de crescimento significativa.

Com a finalidade de melhor apresentar as tendências da economia nordestina e brasileira, nos últimos anos, foi elaborada a tabela abaixo, na qual a variação anual dos índices de renda *per capita* é expressa em termos de médias móveis trienais, com o objetivo de reduzir as oscilações anuais.

Tabela III

Índice da Renda Interna per capita do Brasil e do Nordeste ()*

(1956 = 100)

AÑOS	BRASIL		NORDESTE	
	ÍNDICE	VARIACIÓN ANUAL	ÍNDICE	VARIACIÓN ANUAL
1954	96,0	—	93,5	—
1955	97,8	1,9	96,8	3,5
1956	100,0	2,2	100,0	3,3
1957	100,8	0,8	98,2	1,8
1958	103,1	2,3	98,8	0,6
1959	105,1	1,9	99,0	0,2
1960	108,2	2,9	106,3	7,4 (1)
1961	111,4	3,0	112,4	5,7 (1)
1962	113,3	1,7	119,2	6,1 (1)

(1) Taxa superestimada em razão de alteração no processo de estimativa adotado a partir de 1961.

(*) Médias móveis trienais.

Para que a economia, em seus aspectos gerais, apresentasse esse crescimento, os setores componentes evoluíram como se descreverá a seguir:

a) Setor interno

Agropecuária — A produção agropecuária do Nordeste apresenta intenso ritmo de expansão nos anos recentes. Considerado o período 1955/1962, a taxa média anual de crescimento acumulativo é de cerca de 4,7%.

O ritmo de crescimento da produção agrícola é superior ao da produção pecuária. A taxa de incremento mais baixa da pecuária concorre para deprimir a da produção agropecuária como um todo. Em 1962, a produção agrícola apresentou com relação a 1955, um incremento de 43%, enquanto o aumento da produção pecuária foi apenas 22%.

No que se refere estritamente à produção agrícola, o *quantum* da produção de alimentos apresenta incremento bastante superior ao da produção de matérias-primas para a indústria e para exportação. Em 1962, a produção de alimentos mostra, relativamente a 1955, um incremento da ordem de 52%, enquanto o aumento da produção de matérias-primas é de 37%. Verifica-se, por conseguinte, uma mudança na composição da produção agrícola, em favor dos gêneros alimentícios. Abstraído o algodão, que continua ocupando o primeiro lugar no valor da produção agrícola, em 1960, a cana de açúcar ocupava o 2º lugar no valor corrente da produção agrícola, com cerca de 11% do total. Em 1962, a mandioca havia passado ao 2º lugar. O terceiro produto, em ordem decrescente de importância, era o feijão, e em 4º lugar surgia a cana de açúcar, 10% do valor corrente da produção.

Durante o período 1955/1962, não há aumentos significativos na produtividade do setor agrícola. O crescimento da agricultura do Nordeste nessa fase processa através de expansão da área de cultivo e do número de pessoas ocupadas. A área cultivada com 15 das principais culturas do Nordeste aumenta em 34% entre 1955 e 1961. O aumento da produção agrícola no mesmo período é de 37,6%. Um tipo de crescimento "extensivo" foi, portanto, a forma de a agricultura responder aos estímulos criados, pelas inversões do governo, pelas exportações e pelo desenvolvimento do setor industrial. Sem essa resposta a economia nordestina crescer como cresceu nos anos recentes, em vista de 48% do produto regional provir desse setor.

Entre os produtos agrícolas mais importantes do Nordeste, o sisal é aquele cuja produção mais rápido se expande no período 1955/1962. Considerados apenas os principais gêneros alimentícios, o arroz é o produto de maior ritmo de incremento.

A produção do cacau decresce nos períodos mais recentes. Em 1962, sua produção física é 14% inferior à verificada na média dos anos 1954/1956. Entre os gêneros alimentícios, a mandioca é o de ritmo de incremento mais lento. Em 1962, sua produção é apenas 20% superior à verificada na média dos anos 1954/1956. Esse aumento foi aproximadamente igual ao que se estima para a população do Nordeste no mesmo ano.

Indústria — Dos setores produtivos da economia do Nordeste, a indús-

tria é ainda o de menor significação, seja como gerador de renda, seja como fonte de emprégo.

Entretanto, a rápida elevação da renda do Nordeste, nos últimos anos, tem sido motivada, também, por um intenso crescimento da indústria, o qual foi propiciado por inversões maciças em infra-estrutura, com a resultante criação de economias externas, e pelos incentivos do setor público.

Entre 1956 e 1962 o incremento da produção industrial, em termos reais, foi de aproximadamente 54%, o que corresponde a uma taxa geométrica anual de 7,5%.

Na produção industrial do Nordeste têm predominado, tradicionalmente, a indústria de produtos alimentares e a indústria têxtil. Algumas transformações, porém, estão ocorrendo, embora sem modificações significativas na estrutura do setor secundário da região.

É de esperar-se, todavia, que ao entrarem em funcionamento os grandes projetos da indústria química e siderúrgica, a estrutura industrial do Nordeste sofrerá transformações significativas.

b) Setor externo

Com referência ao comércio exterior, que desempenha papel relevante na economia nordestina, sobretudo no que diz respeito ao setor primário, as exportações totais tiveram um comportamento favorável no período 1956/63, continuando, assim, a recuperação já observada a partir de 1953. Não ocorreram, a partir daí, grandes oscilações, havendo mesmo tendência ascendente, pelo menos até 1963.

Deve-se ter presente que, a respeito dessa tendência verificada para o total dos bens exportados, se tem observado flutuações acentuadas para vários dos produtos da pauta de exportação, quando tomados isoladamente. O cacau, dos mais importantes, é o produto que sofreu maior redução na quantidade exportada: nos anos de 1962 e 1963, encarados separadamente, e com referência ao ano de 1956, exportou-se apenas pouco mais da metade.

O algodão e o açúcar tiveram aumento considerável no *quantum* exportado, em comparação aos incrementos para o fumo e para o agave. O volume das exportações desse último produto no período 1956/63 ascendeu em aproximadamente 20%.

De modo geral, nos últimos anos do período, o Nordeste intensificou as exportações, tornando-se, por conseguinte, mais sensível às oscilações geralmente verificadas no comércio de produtos primários tropicais.

É de notar, finalmente, que, no período estudado, as importações do Exterior, pelo Nordeste, decresceram em quantidade e valor. Isto se deveu, em grande parte, ao fato de o Nordeste ter aumentado, consideravelmente, as suas importações do Centro-Sul do país.

CAPÍTULO II

A N A L I S E S S E T O R I A I S

1. SETOR INTERNO

a) Agropecuária

Segundo as estatísticas disponíveis, a produção agropecuária do Nordeste, em termos reais, cresceu à taxa média anual acumulativa de 5,9%, no decênio 1952/1962, e 4,7% quando se considera apenas o período 1955/1962. A taxa de 4,7% ao ano, para a produção agropecuária, resulta da compensação das taxas de 5,2% para a produção agrícola propriamente dita e 2,9% para a produção pecuária, em 1955/62. A produção pecuária tem mostrado, portanto, um ritmo de incremento inferior ao da produção agrícola, reduzindo a taxa de crescimento da produção agropecuária total.

Para possibilitar uma comparação, convém referir que a produção agrícola do Brasil, em termos reais, cresceu à razão média de 4,9% entre 1947 e 1954, e 4,3% no período 1955/60.

Dada a importância da agricultura na economia do Nordeste (48% de participação na renda interna regional), foi o aumento da produção agrícola um dos vários fatores que permitiram a essa região elevar sua posição na renda interna do Brasil, a partir de 1960.

A análise do crescimento da produção agrícola revela que a produção de gêneros alimentícios cresceu mais que a produção de matérias primas para a indústria e a exportação. Esse fato, que pode ser observado através da Tabela V, deve-se a que a expansão da área de cultivo tem-se verificado em maior escala nas culturas de gêneros alimentícios. Dessa forma, o arroz, cultivado principalmente nas áreas de expansão da fronteira agrícola, é, entre os produtos importantes da agricultura do Nordeste, o que apresenta o maior incremento entre 1955/62. Por outro lado, as culturas de matérias primas, praticadas com maior sentido comercial, têm-se defrontado com preços ao produtor que declinam em termos reais, pelo menos até 1962.

O *quantum* da produção de alimentos, segundo a Tabela V, cresceu ao longo de todo o período 1952/62, com exceção do ano de 1958, marcado pela irregularidade climática. Em 1962, a quantidade de alimentos é de 52% maior que a produzida em 1965, ano tomado como base em virtude de suas características de normalidade. Como o incremento demográfico entre 1955 e 1962 se estima em 17%, resta uma ampla margem para fazer frente à demanda adiciona-

nal gerada pela elevação da renda, através dos coeficientes de elasticidade renda da procura.

Conquanto as informações sobre crescimento e distribuição da renda no Nordeste não possibilitem conclusões seguras, o ritmo de incremento da produção de alimentos não seria insatisfatório, se os excedentes pudessem fluir normalmente de setor rural para os centros urbanos da Região e ser armazenados para prover às necessidades da entressafra. O que se pode afirmar, com base nas estatísticas disponíveis, é que o aumento dos preços dos alimentos ao consumidor nas grandes cidades do Nordeste não se deve inteiramente à escassez de produção, mas, em boa parte, à distribuição e à comercialização. As elevadas perdas de comercialização, os custos de transportes, os lucros dos intermediários e o número destes, muito concorrem para o aumento dos preços dos gêneros alimentícios ao consumidor.

O crescimento da produção de gêneros alimentícios não se verifica com a mesma intensidade para todos os alimentos, como demonstra a Tabela VI. O aumento da produção de mandioca, por exemplo, é inferior ao da própria população do Nordeste, no período 1955/62. Esse é o alimento mais consumido na Região, constituindo a base da alimentação preponderantemente energética das camadas da população de níveis mais baixos de renda. O crescimento da produção desse gênero alimentício é insuficiente, razão pela qual o seu preço ao produtor é o que apresenta o maior aumento, em termos reais, relativamente à média de 1954/1956, como se pode ver na Tabela VII. O feijão, o arroz e o milho são os alimentos cuja produção tem crescido rapidamente. O exame dos dados sobre o comércio de cabotagem evidencia que, até anos recentes, o Nordeste apresentou saldos favoráveis de exportação sobre importação para feijão, arroz e milho, como se pode inferir da Tabela VIII.

As exportações e importações de alimentos, por parte do Nordeste, sómente poderiam ser determinadas com segurança através de um levantamento de comércio por vias terrestres, para o qual não existe registro estatístico. Entretanto, caso o Nordeste apresente, de fato, em anos normais, saldos de exportação de alguns gêneros alimentícios, como indicam os dados da Tabela VIII, sobre comércio de cabotagem, isso se deverá às características do sistema de distribuição e comercialização, coadjuvadas pelos seguintes fatores: concentração da oferta agrícola no tempo; perecibilidade dos gêneros; falta de capacidade física de armazenagem; e, sobretudo, inexistência de uma soma de capital de giro necessário à formação de estoques, na safra, e sua manutenção para as necessidades de todo ano. São principalmente esses fatores que provocam a elevação dos preços dos gêneros ao consumidor, na entressafra, ainda que a safra haja sido abundante.

No período 1952/62, o crescimento da agricultura do Nordeste foi de tipo "extensivo", tendo como fatores a expansão da área das culturas e o aumento na mão de obra ocupada. A área ocupada pelas 15 principais culturas da Região aumentou em 34% entre 1955 e 1961, enquanto a produção agrícola total, no mesmo período, cresceu em 37%. O exame dos rendimentos físicos, por unidade de área, pode ser realizado, por cultura, na Tabela IX.

Como demonstra a referida Tabela, não houve modificações substanciais produtividade, deve-se à falta de inversões para elevar a capacidade de produtividade, em certas áreas, seja pela agregação de novas terras (como no Estado do Maranhão), seja por possíveis melhoramentos tecnológicos, foi negativamente compensado pelo desgaste a que a exploração continuada e irracional submete a maior parte das terras do Nordeste.

O tipo de crescimento extensivo, experimentado pela agricultura do Nordeste, no período considerado, sómente foi possível graças a existência de certa margem de terras para expandir a área em cultivo. Outra condição importante, tendo-se em vista a sua rapidez, é que o desenvolvimento dos setores urbanos não vem apresentando condições para absorver com a devida intensidade a mão de obra do setor primário.

O aumento da produção agrícola, a níveis mais ou menos constantes de produtividade, deve-se à falta de inversões para elevar a capacidade de produção dos fatores terra e mão de obra.

Apesar da existência de certos estímulos, como os representados pela elevação dos preços dos produtos agrícolas nos mercados, as inversões não se realizam em virtude de vários obstáculos, que residem principalmente na estrutura agrária e no sistema de comercialização.

A estrutura agrária da Região desestimula as inversões na agricultura pelos seguintes motivos :

a) a falta de segurança, que tem caracterizado até o presente as relações com os proprietários, desencoraja os não-proprietários (rendeiros, parceiros, etc.) a realizarem melhorias na capacidade produtiva, desde que não há garantias para usufruir os resultados. Ademais, na hipótese da realização de melhorias, o proprietário, através da percepção de parte da colheita, como renda da terra, se beneficiaria sem haver contribuído para as referidas melhorias e inversões.

b) o pagamento da renda da terra, sobretudo em pequenas explorações, de produtividade reduzida, deprime a renda dos não-proprietários (rendeiros, parceiros, etc.), mantendo-os a um nível de vida em que o esforço para sobreviver elimina as perspectivas de progresso.

c) o contexto em que se insere o latifúndio habitua o proprietário a viver das rendas recebidas de parceiros. Isso o torna avôs às responsabilidades administrativas, que são pressupostos de uma produção agrícola racional, levando-o a transferir a parceiros e "rendeiros" os riscos e custos das culturas, sobretudo anuais.

Outro importante obstáculo ao desenvolvimento da agricultura do Nordeste é provocado pelo sistema de comercialização. Por constituir setor de crescimento induzido, o progresso da agricultura é determinado, em grande parte, pelo que ocorre fora da agricultura. Sabe-se que um dos estímulos ao aumento da produção agrícola deriva do incremento da demanda, gerado pela industrialização e pelo desenvolvimento das atividades urbanas. Para que êsses estímu-

los, sob a forma de elevação nos preços agrícolas, possam operar, é necessário que alcancem os produtos agrícolas. Mesmo atingindo os agricultores, tais estímulos se defrontam com alguns fatores que emprestam rigidez à oferta agrícola, como é o caso da estrutura agrária, entre outros. Mais grave se torna a questão, quando os estímulos, representados por maiores preços ao nível do consumidor final, são interceptados pelo sistema de comercialização. Este os absorve na forma de maiores lucros, impedindo-os de chegar aos agricultores.

As deficiências do sistema de comercialização e distribuição constituem, portanto, sério obstáculo ao desenvolvimento da agricultura. Para que o produtor agrícola se disponha a realizar melhorias ou comprometer recursos em inversões, é imprescindível que lhe seja assegurada a possibilidade de vender os seus produtos a preços compensadores, pois disso, basicamente, depende a rentabilidade de seu esforço. A comercialização também prejudica o desenvolvimento da economia como um todo, pois reduz e encarece o abastecimento de alimentos aos centros urbanos, ainda quando a produção alimentar está em crescimento.

Tabela IV

*Números indices da produção real agropecuária
(1952/61)*

A N O S	NÚMEROS ÍNDICES (1955 = 100)			
	AGRÍCOLA	PECUÁRIA	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO	INCREMENTO PERCENTUAL
1952	78,0	77,3	77,6	—
1953	81,4	82,9	81,4	(+) 4,9
1954	98,2	93,4	96,9	(+) 19,0
1955	100,0	100,0	100,0	(+) 3,1
1956	103,6	101,5	102,5	(+) 2,5
1957	111,8	99,4	108,4	(+) 8,1
1958	92,8	59,4	85,1	(—) 21,5
1959	120,7	114,5	119,0	(+) 39,8
1960	132,8	123,8	130,4	(+) 9,6
1961	137,6	106,3	130,2	0
1962	142,8	121,9	138,1	(+) 7,9

Fonte dos dados básicos : Anuário Estatístico do Brasil — IBGE — Serviço de Estatística da Produção — Maranhão — Grupo de Programação Agrícola da SUDENE.

Tabela V

ÍNDICE DE QUANTUM DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DAS MATÉRIAS PRIMAS PRODUZIDAS NO NORDESTE (1)

(1952/1962)

ANOS	ÍNDICES (BASE : 1955 = 100)	
	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (2)	MATÉRIAS PRIMAS (3)
1952	77,3	78,5
1953	83,9	79,8
1954	101,8	95,9
1955	100,0	100,0
1956	102,4	104,4
1957	114,5	110,0
1958	88,6	95,6
1959	117,3	123,0
1960	129,0	135,2
1961	139,2	136,5
1962	152,3	137,0

Fonte : Grupo de Programação Agrícola — Departamento de Agricultura e Abastecimento — SUDENE

(1) — Compreendendo a área de atuação da SUDENE, excluídos os municípios de Minas Gerais.

(2) — Arroz, Batata Doce, Batata Inglesa, Fava, Feijão, Mandioca, Milho e Soja.

(3) — Algodão, Amendoim, Cacau, Café, Cana, Côco, Fumo, Mamona e Sisal.

Obs.: Utilizou-se o Critério de Levenshtein para o cálculo das δ_{ij} .

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO NORDESTE (1)

PRODUTOS	NÚMEROS RELATIVOS DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS (MÉDIA DE 1954/1956 = 100)							1962	1963
	1952	1953	1954	1954/56	1956	1957	1958		
Algodão . . .	79	68	95	100	103	117	76	122	152
Mandioca . . .	80	86	96	100	104	104	92	98	111
Feijão	66	87	110	100	95	127	73	129	144
Cana	86	85	94	100	106	109	107	114	120
Milho	73	76	109	100	95	125	71	119	144
Arroz	77	71	92	100	105	115	90	139	121
Banana	84	87	94	100	106	106	98	113	124
Cacau	70	85	102	100	100	101	101	110	100
Sisal	74	78	76	100	119	120	124	166	193
Café	70	79	93	100	109	111	111	175	186

CONTINUATION

FUNDE DOS DADOS : Grupo de Programação Agrícola — Departamento de Agricultura e Abastecimento

Tabela VII

EVOLUÇÃO DO PREÇO REAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO NORDESTE (1)
(1952/63)

PRODUTOS	NÚMEROS RELATIVOS (MÉDIA DE 1954/1956 = 100)											
	1952	1953	1954	1954/56	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Algodão . . .	139	115	100	100	102	76	130	100	105	97	112	76
Mandioca . . .	153	140	103	100	105	123	148	128	115	148	203	135
Feijão	122	112	61	100	132	112	148	136	117	104	184	112
Cana	105	100	89	100	116	116	121	100	100	105	105	142
Milho	146	132	91	100	110	106	149	128	110	123	178	121
Arroz	95	120	98	100	106	119	141	114	122	97	162	133
Banana	109	111	91	100	104	122	146	143	140	104	155	141
Cacau	65	91	129	100	64	78	92	95	88	82	76	73
Sisal	168	117	95	100	100	90	108	122	167	167	273	273
Café	115	115	111	100	90	93	72	35	34	33	30	25

FONTE DOS DADOS : Grupo de Programação Agrícola — Departamento de Agricultura e Abastecimento — SUDENE

(1) Área de atuação da SUDENE, excluídos os Municípios de Minas Gerais.

Tabela VIII

COMÉRCIO DE CABOTAGEM
QUANTIDADES EXPORTADAS E IMPORTADAS, PELOS PORTOS
DO NORDESTE, DE ALGUNS GENEROS ALIMENTICIOS
(1952/1962)

ANOS	ESPECIFICAÇÕES DO COMÉRCIO E SALDO	QUANTIDADES (EM 1.000 TONELADAS)			
		FEIJÃO	ARROZ	FARINHA DE MANDIÓCA	MILHO
1952	Exportação	1,9	13,0	3,7	8,5
	Importação	33,4	33,9	64,5	11,5
	Saldo (2)	— 31,5	— 20,9	— 60,8	— 3,0
1953	Exportação	2,4	36,0	16,3	19,0
	Importação	34,1	26,4	55,6	5,3
	Saldo	— 31,7	9,6	— 39,3	13,7
1954	Exportação	3,5	42,4	16,1	34,2
	Importação	7,7	22,4	38,1	0,6
	Saldo	— 4,2	20,0	— 22,0	33,6
1955	Exportação	7,7	53,5	4,6	51,0
	Importação	4,9	28,5	21,7	0,3
	Saldo	2,8	25,0	— 17,1	50,7
1956	Exportação	2,5	53,2	2,3	41,7
	Importação	7,2	33,1	5,3	0,8
	Saldo	— 4,7	20,1	— 3,0	40,9
1957	Exportação	3,3	62,4	11,4	11,3
	Importação	5,8	30,6	2,9	1,7
	Saldo	— 2,5	31,8	8,5	9,6
1958	Exportação	1,3	47,9	10,6	3,7
	Importação	76,0	47,6	78,4	14,6
	Saldo	— 74,7	0,3	— 67,8	— 10,9
1959	Exportação	11,5	72,8	2,1	22,0
	Importação	7,8	34,0	60,8	1,7
	Saldo	3,7	38,8	— 58,7	20,3
1960	Exportação	2,5	28,3	0,06	4,1
	Importação	1,3	49,1	33,3	0,6
	Saldo	1,2	— 20,8	— 33,2	3,5
1961	Exportação	2,1	28,3	1,4	2,2
	Importação	10,7	54,9	6,9	0,5
	Saldo	— 8,6	— 26,6	— 5,5	1,7
1962	Exportação	1,9	26,5	0,9	1,5
	Importação	5,5	36,0	25,4	7,1
	Saldo	— 3,6	— 9,5	— 24,5	5,6

FONTES DOS DADOS : Divisão Central de Estatística — AT — SUDENE

(1) Área de Atuação da SUDENE

(2) SALDO — EXPORTAÇÕES — IMPORTAÇÕES

Tabela IX

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS FÍSICOS MÉDIOS (TON/HA) DAS 10 PRINCIPAIS CULTURAS DO NORDESTE (1)
(1952/1963)

CULTURAS	NÚMEROS RELATIVOS DOS RENDIMENTOS (MÉDIA DE 1954/1956 = 100)								
	1952	1953	1954	1954/56	1956	1957	1958	1959	1960
Algodão . . .	88	75	99	100	98	100	66	100	114
Mandioca . . .	93	93	100	100	101	100	91	98	98
Feijão	83	106	111	100	96	116	92	115	116
Cana	99	96	99	100	101	100	100	102	105
Milho	88	86	108	100	96	111	91	106	115
Arroz	101	86	98	100	101	101	88	109	89
Banana (2) . .	105	103	98	100	101	101	96	116	110
Cacau	91	91	105	100	97	93	80	86	77
Sisal	102	100	91	100	104	100	98	120	135
Café	78	87	98	100	106	99	84	131	136
									124
									119
									114

FONTE : Divisão Central de Estatística — Assessoria Técnica — SUDENE.

(1) Compreendendo a área de atuação da SUDENE e os Municípios de Minas Gerais.

(2) O dado original está expresso em cactos/ha.

b. Indústria

Históricamente, a indústria constitui uma atividade importante na formação econômica do Nordeste. Note-se, por exemplo, a existência de uma indústria de produtos alimentares de vulto, como a do açúcar, desde épocas remotas da história da Região.

Já no século XIX, existia no Nordeste uma indústria têxtil de apreciável capacidade de produção, embora não tenha sido capaz, em época recente, de acompanhar o progresso tecnológico. A política de incentivos à industrialização, por parte da SUDENE, encontrou, assim, no Nordeste, uma base industrial nada desprezível, comparando-se essa Região com outros países ou regiões de características semelhantes.

Os efeitos dos estímulos à industrialização criados, no Nordeste, pelo BNB e posteriormente pela SUDENE, começaram a ser sentidos a partir de 1960, e ainda mais fortemente a partir de 1963, época da aprovação do II Plano Diretor.

Verifica-se que a experiência da SUDENE, em virtude dos dispositivos legais instituídos, inicialmente com a sua constituição, através da Lei nº 3.692/59, e, posteriormente, ampliados nos I e II Planos Diretores — Leis nºs 3.995/61 e 4.239/63 — confirma a hipótese de que a criação de incentivos e a sua correta administração permitem atrair investimentos privados para o Nordeste em nível capaz de influir positivamente para elevação da renda e do emprego na Região. Assim é que a posição relativa do Nordeste nos investimentos industriais do País tem aumentado e a SUDENE vem sendo crescentemente chamada a analisar novos projetos industriais que lhes são apresentados, conforme se percebe na indicação constante da tabela onde estão configurados os projetos até agora aprovados por esta Superintendência, de 1960 a 1964, e compreendem investimentos destinados à modernização e/ou ampliação de indústrias existentes e à instalação de novas unidades industriais.

Conforme se esclarecerá oportunamente, não se pode afirmar, entretanto, que esse processo de promoção industrial, já tenha alcançado uma fase em que o seu prosseguimento independa dos subsídios governamentais.

O desenvolvimento industrial do Nordeste encontra-se ainda em fase incipiente. A industrialização tem-se processado sobretudo através da substituição de importações, quando a amplitude do mercado regional permite produzir, em termos de economicidade, os bens industriais que o Nordeste compraria ao Centro-Sul e ao Exterior. O tempo decorrido desde o início de uma política de industrialização mais agressiva não permitiu, ainda, que as inversões de maior parte maturassem de modo a crescer o produto industrial da Região. Os efeitos de tais investimentos têm-se manifestado principalmente através dos mecanismos do multiplicador, expandindo a demanda monetária do Nordeste.

Na Tabela XI, com informações sobre a estrutura da indústria, estabelece-se comparação entre os anos de 1958 e 1962. Em princípio, observe-se que

Tabela X

PROJETOS INDUSTRIAS BENEFICIADOS COM INCENTIVOS DA SUDENE NO PERÍODO 1960-64

ESPECIFICAÇÃO	1 9 6 0			1 9 6 1			1 9 6 2			1 9 6 3			1 9 6 4		
	Nº	VALOR DO INVESTIMENTO CR\$ 1.000 (*)	Nº	VALOR DO INVESTIMENTO CR\$ 1.000	Nº	VALOR DO INVESTIMENTO CR\$ 1.000	Nº								
Química	5	3.658.265	4	7.913.444	6	952.774	9	13.315.566	14	8.770.097					
Têxtil Algodoeira .	1	199.932	3	327.942	30	9.552.002	20	10.774.073	20	7.277.295					
Têxtil Sisaleira . .	3	411.677	4	396.332	5	988.872	4	725.320	1	220.000					
Produtos Alimentares	5	681.200	4	286.467	9	964.135	14	1.250.150	10	3.537.938					
Bebidas	2	1.850.000	2	862.280	—	—	—	—	—	—	—	—			
Cimento, Cerâmica e Vidros	4	509.498	—	—	3	1.538.184	13	2.319.015	6	1.5/7.980					
Metalúrgica	2	117.300	1	51.558	8	1.158.645	14	5.053.668	18	98.172.017					
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Diversos	1	91.449	5	258.613	5	227.597	12	354.785	16	13.476.682					
TOTAL	23	7.519.321	23	10.096.636	66	15.382.209	86	36.392.577	91	133.390.670					

FONTE: SUDENE - DI.

(*) Expressão de investimento de cada Projeto, nos preços correntes na época da aprovação, incluindo-se as eventuais parcelas em moeda estrangeira, convertidas em cruzeiros e taxas então vigentes.

uma análise de apenas dois anos não permite conclusões seguras. Tais limitações todavia, não invalidam os dados da tabela, como fonte de informações sobre a indústria nordestina.

A indústria mais importante do Nordeste, do ponto de vista de participação na produção e no valor agregado do setor industrial, é a de produtos alimentares. Quanto à participação no volume total de emprêgo, entretanto, a indústria têxtil tem a primazia. Seguem-se, em ordem de importância decrescente, a indústria química e a de minerais não metálicos.

Os dados comparados não revelam mudanças de significação na estrutura da indústria do Nordeste, desde que não houve ainda tempo para a maturação dos grandes investimentos. É de supor-se uma aparente elevação da produtividade da mão de obra do setor têxtil. Enquanto o volume de emprego decrece de 37% para 31% sobre o total do setor secundário, a participação no valor da produção se eleva de 28 para 30%, e no valor agregado de 25 para 27%. Entretanto, só a consulta a outros indicadores permitiria concluir, com segurança, se houve modificações significativas nas técnicas de produção da indústria têxtil.

Com relação ao total da indústria nordestina, é interessante observar que a média de emprêgos por estabelecimento com cinco e mais pessoas reduziu-se de 41 para 29 emprêgos, de 1958 para 1962, enquanto em 1956 tal média alcançava 36. Por outro lado, deflacionando-se a produção industrial pelos índices de produção industrial da Fundação Getúlio Vargas, obtém-se, de 1958 para 1962, um crescimento da ordem de 48% aproximadamente para este valor. Anote-se, também, que neste mesmo período, o volume de emprêgos apenas cresceu em 22%, enquanto o número de estabelecimentos (de cinco e mais empregados, ressalte-se) cresceu a 74%, no mesmo período.

Embora 1958 tenha sido um ano anormal para a economia nordestina pode-se verificar que o crescimento industrial se está processando dentro de uma orientação de poupar mão de obra. É interessante notar, porém, que isto não tem implicado, até 1962 pelo menos, em uma maior dimensão dos estabelecimentos industriais em termos relativos de produção. Obteve-se um crescimento da produção industrial, é certo, mas com um número mais que proporcional de estabelecimentos.

Com referência ao problema do volume de emprêgo, as afirmações são válidas quando se relaciona 1956 com 1962. Neste período, o valor bruto da produção cresceu a 45%, os estabelecimentos em 30% e o volume de emprego em 5%. Observe-se porém, que a partir de 1957 houve algumas modificações na conceituação de estabelecimentos industriais, o que de certo modo, dificulta o confronto.

Tabela XI

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA NORDESTINA 1958 e 1962

INDÚSTRIAS (*)	1 9 5 8				1 9 6 2				VALOR ADICIO- NADO	
	Nº DE ESTABELE- CIMENTOS	VOLUME DE EMPREGO	TOTAL DE SALÁRIOS PAGOS	VALOR DA PRO- DUÇÃO	VALOR ADICIO- NADO	Nº DE ES- TABELE- CIMENTOS	VOLUME DE EMPREGO	TOTAL DE SALÁRIOS PAGOS		
1. Extrativa de Produtos Minerais .	4,3	5,2	4,2	1,8	3,4	3,0	5,3	3,9	1,4	3,1
2. Produtos alimentares	21,2	24,8	25,2	33,2	29,3	43,6	28,6	29,7	30,6	29,1
3. Texteis	14,9	36,9	33,1	27,6	24,9	12,5	30,9	25,3	30,2	26,7
4. Química e Farmacêutica	6,9	5,5	8,4	16,3	15,1	5,1	7,1	13,7	18,0	14,9
4.1 Produtos de Perfumaria, - Sabões e Vendas							1,2	0,6	0,7	1,2
4.2 Química							3,2	5,9	12,4	16,4
4.3 Produtos Farmacêuticos e Medicinais										13,2
4.4 Produtos de matérias plásticas							0,6	0,4	0,4	0,4

INDÚSTRIAS (*)	1 9 5 8				1 9 6 2				VALOR ADICIO- NADO	
	Nº DE ESTABELE- CIMENTOS	VOLUME DE EMPREGO	TOTAL DE SALARIOS PAGOS	VALOR DA PRO- DUÇÃO	VALOR ADICIO- NADO	Nº DE ES- TABELE- CIMENTOS	VOLUME DE EMPREGO	TOTAL DE SALARIOS PAGOS		
5. Minerais não Metálicos	14,0	6,9	6,8	4,7	6,9	8,9	6,5	6,4	4,1	6,0
6. Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	7,6	2,9	2,4	1,5	1,7	4,0	2,9	1,9	1,5	1,7
7. Bebidas	4,4	2,5	2,9	2,7	3,3	4,7	3,0	3,0	2,5	3,7
8. Editorial e Gráfica	5,5	2,6	3,4	1,5	2,0	3,4	2,6	3,3	1,2	1,8
9. Couros e Peles e Produtos Similares	2,3	2,1	2,4	1,8	2,1	1,1	1,6	1,6	1,4	1,7
10. Metalúrgia	2,9	2,1	2,5	2,0	2,3	1,7	2,4	2,7	2,5	2,6
11. Madeira	5,9	1,7	1,7	0,9	1,2	3,9	1,6	1,4	0,8	1,0
12. Mobiliário	5,0	1,7	1,9	0,9	1,3	4,1	1,8	1,8	0,9	1,4
13. Papel e Papelão	0,6	0,9	0,9	1,3	1,0	0,4	1,0	1,2	0,9	0,9
14. Borracha	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3	0,2	0,3
15. Mecânica	0,6	0,2	0,3	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2

Tabela XI (Cont.)

Tabela XI (Cont.)

INDÚSTRIAS (*)	1 9 5 8				1 9 6 2					
	Nº DE ESTABE- CIMENTOS (x)	VOLUME DE EMPRÉGIO	TOTAL DE SALÁRIOS PAGOS	VALOR DA PRO- DUÇÃO	VALOR ADICIO- NADO	Nº DE ESTABE- CIMENTOS (x)	VOLUME DE EMPRÉGIO	TOTAL DE SALÁRIOS PAGOS	VALOR DA PRO- DUÇÃO	VALOR ADICIO- NADO
16. Material Elétrico e Material de Comunicação . . .	(x)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
17. Material de Transporte . . .	0,9	0,4	0,5	0,2	0,3	0,8	0,6	0,7	0,3	0,4
18. Fumo	0,9	2,7	2,6	2,9	4,4	1,1	3,2	2,4	3,0	4,1
19. Diversas	1,8	0,6	0,5	0,2	0,3	0,6	0,4	0,4	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N Ú M E R O S A B S O L U T O S										
1. UNIDADE	—	—	Cr\$ Milhões	Cr\$ Milhões	Cr\$ Milhões	Cr\$ Milhões	Cr\$ Milhões	Cr\$ Milhões	Cr\$ Milhões	
2. TOTAL	3.895	162.551	5.464	40.566	20.354	6.798	192.809	27.939	268.238	102.794

FONTE: Produção Industrial Brasileira, 1958 — IEGE.

Registro Industrial — 1962 — Ministério da Indústria e Comércio — 1964.

(*) As informações da Tabela referem-se a estabelecimentos com cinco ou mais pessoas.

Este tipo de crescimento da produção industrial, com poupança no volume de emprego, além de não distribuir progressivamente o produto gerado, não apresenta condições para absorver o excedente de mão de obra já existente no meio urbano, problema que tenderá a agravar-se, nos próximos anos, tanto pela migração rural-urbana como pelo crescimento vegetativo das populações das cidades.

2. Setor Externo

A exportação nordestina apresentou maior constância no seu comportamento no período 1956/1963 do que nos anos anteriores, sobretudo os compreendidos entre 1948/1956. São nitidamente ascendentes suas tendências. Essa característica evidencia-se quando se leva em consideração a instabilidade geralmente verificada no comércio internacional para os bens originados no setor primário, principalmente das regiões tropicais. Já com respeito às importações a tendência observada é de acentuado declínio. A tabela seguinte confirma as observações anteriores.

Tabela XII

Índice do Comércio do Nordeste com o Exterior (1)

A N O S	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1956	100,0	—	100,0	—
1957	129,3	29,3	133,3	33,3
1958	150,0	16,0	95,4	— 28,4
1959	131,7	— 12,2	80,1	— 16,0
1960	151,0	14,7	86,2	7,6
1961	160,1	6,0	83,1	— 3,6
1962	118,5	— 26,0	74,4	— 10,5
1963	151,1	27,5	84,9	14,1

FONTE: SEEF/MF

(1) Cálculo a partir dos valores em dólares.

Dois são os fatores principais a que se deve tal comportamento das exportações:

a) melhoria nos preços de alguns produtos no comércio internacional provocado quer pelo aumento da demanda externa, quer pela quebra de equilíbrio do mercado externo por circunstâncias políticas, como o caso do açúcar cubano.

b) taxas de câmbio favoráveis ao exportador da Região. Na verdade, com referência a este último, houve um incremento mais significativo nos índices da taxa média de câmbio e nos índices de preço dos principais produtos da exportação que nos índices dos preços por atacado (exclusivo e do café), os quais, supõe-se, representam os preços internos para o conjunto da economia brasileira. Esse incremento foi real, mesmo no caso dos produtos cujos preços internacionais foram reduzidos, como o cacau e algodão. Resalte-se ainda que tais elementos são válidos apenas para o período anterior a 1964, pois a partir daí o setor externo nordestino presenciou mudanças importantes nas suas tendências.

Tabela XIII

Índices da Taxa Média de Câmbio e do Preço de alguns produtos de Exportação do Nordeste

(em Cr\$ e US\$)

A N O	ÍNDICE DA TAXA MÉDIA DE CÂMBIO (1)	ÍNDICE DO PREÇO POR ATACADO (EXC. CAFÉ)	ÍNDICE DO PREÇO DO AÇÚCAR		ÍNDICE DO PREÇO MÉDIO DO CACAU		ÍNDICE DO PREÇO MÉDIO DO ALGODÃO	
			Cr\$	US\$	Cr\$	US\$	Cr\$	US\$
1956	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1957	110,3	114,3	154,1	122,2	128,8	119,5	172,5	174,9
1958	126,4	130,8	129,9	87,5	156,3	162,3	183,5	182,5
1959	200,8	186,8	198,9	80,2	229,0	140,3	532,4	134,3
1960	285,8	245,6	266,7	79,4	210,1	103,9	548,5	126,7
1961	459,2	344,5	389,3	88,9	357,1	83,1	719,8	139,4
1962	733,5	517,3	789,3	104,8	531,5	81,8	1.005,5	126,7
1963	1.118,6	902,7	1.626,0	135,5	1.221,3	96,1	1.109,2	85,9

FONTE: SEEF/MF e F.G.V.

(1) Taxa média de câmbio para o exportador nordestino.

A significação desse incremento da taxa de câmbio pode ser resumida:

a) atuou como incentivo importante para o aumento das exportações regionais, compensando, inclusive, a redução dos preços internacionais de alguns produtos;

b) representou uma transferência de recursos para o grupo exportador pelo aumento dos preços relativos dos seus produtos em comparação com os preços de conjunto da economia;

c) implicou em uma mudança radical nas tendências anteriormente verificadas de transferências de recursos do Nordeste para o Centro-Sul, realizada através do procedimento, adotado por aquela região, de utilizar internamente o saldo comercial obtido nas transações com o Exterior.

São relevantes os problemas das transferências para a compreensão desse importante setor da economia nordestina.

Numa tentativa de avaliar a mudança de tendência verificada para as transferências que devem ser entendidas, não como uma cessão de recursos físicos, ou como fluxo monetário de um setor a outro, mas como um *ganho* obtido na relação de troca motivado pela alteração relativa dos preços, adotando-se a metodologia do diagnóstico que serviu de base ao I Plano Diretor da SUDENE, estima-se em 142 milhões de dólares a transferência de recursos para o Nordeste nos períodos 1956/63 — origem dessa transferência encontra-se no aumento do poder de compra da região, fundado, por sua vez, na desvalorização da moeda implícita nas taxas de câmbio que lhe foram favoráveis. É importante assinalar que no período 1948/56 a redução do poder de compra, desfavorável ao Nordeste, foi calculada em 167 milhões de dólares.

É provável que parte substancial dessa vantagem do exportador nordestino tenha sido empregada na ampliação da área cultivada para a produção de bens exportáveis, o que, diante da contração recentemente observada no comércio exterior de alguns produtos, como o açúcar, terá concorrido para agravar a crise parcial do setor externo.

Outro tipo de transferência foi a verificada em relação ao exterior. Aliás, foi dito anteriormente, e a segunda tabela desta seção confirma que a melhoria dos preços dos produtos exportados sobretudo se verificou em relação aos preços internos, motivada pelas novas taxas de câmbio adotadas.

No que se refere aos preços internacionais dos principais produtos, observe-se que sómente o agave ou sisal, nos quatro últimos anos de período, superaram o nível alcançado em 1957, de acordo com os dados da SEEFA.

Os demais produtos, de modo geral, tiveram seus preços reduzidos; o cacau de 693 dólares por toneladas em 1957 alcança 582 em 1963, a cera de carnaúba, de 1560 reduz-se para 899 dólares, a mamona de 254 cai para 226, para os mesmos anos.

Através dos coeficientes de exportação nota-se tendência existente, no período, de uma abertura da economia nordestina para o exterior, intensificando o comércio de seus bens exportáveis com outros países, tornando-se mais vulnerável às flutuações que têm caracterizado o comércio internacional de bens primários tropicais, conforme a tabela que se segue :

Tabela XIV

Estimativa dos Coeficientes de Exportação e Importação

A N O	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1956	7,3	4,6
1957	8,5	5,1
1958	9,8	4,2
1959	9,5	3,9
1960	11,1	3,3
1961	12,2	3,3
(1) 1962	8,6	3,1

Fonte : SEEF, F. G. V. — SUDENE

(1) Coeficientes provavelmente subestimados em relação aos anteriores.

Já os coeficientes de importação, caracterizados por uma tendência mais definida, demonstram a existência de uma redução bem significativa. Aliás, tal fenômeno também ocorreu para o conjunto do país, refletindo sobretudo a dinâmica do processo de substituição das importações na economia brasileira.

A análise um pouco mais detalhada do setor externo nordestino vem mostrar que a relativa estabilidade das suas exportações, no período que vai de 1956 a 1963, torna-se menos evidente quando se examina a evolução de produtos isolados. Enquanto o sisal, o agave e o fumo se apresentam sem grandes oscilações até 1962, o açúcar e o algodão têm variações consideráveis no que se refere ao *quantum* exportado. Assim, em 1961, a quantidade de algodão exportado foi superior oito vezes à de 1957; já o cacau teve sua exportação reduzida sensivelmente nos últimos anos, conforme se disse anteriormente.

Sem dúvida alguma, o setor externo, até 1963, contribuiu de maneira decisiva para a dinamização das disparidades entre o crescimento do Nordeste e o da economia brasileira. É, no entanto, razoável concluir-se que, a continuar nos próximos anos a tendência de retração da demanda externa, demonstrada por estatísticas preliminares, sobretudo para alguns produtos da região, veja o Nordeste introduzir-se na sua economia, ainda vulnerável, um sério obstáculo ao dinamismo apresentado anteriormente.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

1 — Sumário

A análise da evolução da economia nordestina, nos últimos anos, conduz às seguintes conclusões :

- a) É insatisfatório, ainda, o grau de desenvolvimento alcançado pelo Nordeste : apesar de sua extensão territorial e do tamanho de sua população, poucos países da América Latina têm renda *per capita* inferior à dessa região do Brasil;
- b) Em virtude da influência de fatores, já referidos e adiante relembrados, a economia nordestina, a partir de 1960 e pelo menos até 1963, cresceu mais rapidamente do que a economia do país como um todo e, destarte, as disparidades entre a economia regional e a economia nacional se tornaram menos acentuadas;
- c) A influência da CHESF, do BNB e da PETROBRÁS, que se vem intensificando, na Região, desde o final da última década e, posteriormente, as consideráveis inversões em infra-estrutura, orientadas e coordenadas pela SUDENE, contribuiram, fortemente, para manter a economia nordestina em expansão;
- d) Foram apreciáveis os estímulos do setor externo para a dinamização da economia regional : o período 1956/63 assinalou incremento contínuo no valor em dólar das exportações e, concomitantemente, modificações nas taxas de câmbio permitiram um aumento na receita, em cruzeiros, dos exportadores nordestinos;
- e) O rápido crescimento da renda regional, no período em tela, não teria sido possível sem uma resposta adequada da produção agrícola aos estímulos criados pelas inversões do Governo, pelo incremento das exportações e pelos investimentos no Setor Industrial, embora ao aumento da produção agrícola não corresponesse elevação significativa na produtividade dos fatores terra e trabalho.

2 — Perspectivas

Na vigência do III Plano Diretor, é de supor-se que certas fôrças propulsoras do crescimento da economia nordestina, nos últimos anos, não atuarão, de maneira tão favorável, sobre o processo do desenvolvimento regional.

No que se refere, por exemplo, ao setor externo, as exportações de açúcar vêm diminuindo, em quantidade e em valor, desde os últimos meses de 1964, após o considerável incremento que tiveram nos anos de 62 e 63, quando o açúcar nordestino substituiu, no mercado dos Estados Unidos, parte das importações de açúcar cubano; haja vista que em 1964, já se registrava uma redução de aproximadamente 50% no volume do açúcar exportado, pelo Nordeste, em confronto com as exportações do ano anterior e, no último trimestre daquele ano, o preço do açúcar nordestino, no mercado internacional, foi metade do preço alcançado no fim do primeiro semestre. Esse declínio nas exportações nordestinas de açúcar é explicado como decorrência de a produção mundial da indústria açucareira ter-se expandido mais celeremente do que a demanda.

Quanto ao setor agrícola, cuja produção, conforme se viu, aumentou, principalmente, graças à ampliação, ao longo do período analisado, da área cultivada, tem as suas possibilidades de crescimento, nos anos vindouros, limitadas pelas disponibilidades de terras agricultáveis. Daí serem mais consideráveis do que o foram, durante o período do I e do II Planos Diretores, as necessidades de inversões no setor para que se possa alcançar uma taxa de incremento da produção agrícola compatível com a taxa de incremento prevista para a economia nordestina no III Plano Diretor. Saliente-se, a propósito, que, mesmo no Maranhão, onde há excedentes de terra agricultável e aproveitamento das mesmas não se torna viável sem grandes inversões para a formação de capital social básico e para os programas de colonização.

Paralelamente, cumpre ressaltar que o crescimento do setor industrial não tem absorvido satisfatoriamente os excedentes de mão-de-obra resultantes ou do incremento vegetativo da população ou da transferência de trabalhadores dos campos para as cidades. A persistir tal situação — explicável pelo fato de a industrialização estar-se processando com o uso de uma tecnologia de maior densidade de capital — a expansão industrial do Nordeste originará, presumivelmente, maior concentração de renda e, em consequência, se atenuariam os seus efeitos sobre o alargamento do mercado interno da Região.

Importa referir, por fim, que o desenvolvimento do Nordeste, desde que não atingiu ainda condições de auto-sustentação, continua a depender dos investimentos do Governo Federal e, portanto, de decisões a serem tomadas fora do sistema econômico. Donde a impossibilidade de alcançar-se a taxa de crescimento, estabelecida como meta do III Plano Diretor, para a economia nordestina, caso se verifique, no triênio, redução nos dispêndios do Governo Federal semelhante à que ocorreu no ano de 1964.

Note-se porém, que não se deve inferir, das considerações acima, serem menos promissoras as perspectivas de desenvolvimento do Nordeste, a médio e a longo prazo, do que a realidade dos últimos anos. Com efeito, no estágio atual de sua evolução econômica, já dispõe a Região de pré-requisitos suficientes para permitir que os fatores dinâmicos, gerados pelo desenvolvimento do sistema, sirvam de apoio à continuidade do processo. Ademais, é possível revigorar aquelas fôrças propulsoras do desenvolvimento, dantes mencionadas, com uma nova estratégia de ação. E mais do que isso, tendo em conta, por um lado, os recursos potenciais da Região e, por outro, a circunstância de que o desenvolvimento gera o desenvolvimento, pode-se empregar essa nova estratégia tanto para fortalecer as

posições alcançadas, com o I e II Planos Diretores, quanto para estimular uma crescente diversificação e integração dos setores da economia.

São expressivas, como ilustração do que se afirmou acima, as vantagens locacionais com que conta o Nordeste, sobretudo no tocante aos recursos naturais, cuja utilização é capaz de assegurar-lhe, dentro dos objetivos do III Plano Diretor, condições competitivas em relação ao Centro-Sul do país e ao mercado externo.

Ressalte-se, finalizando, que as poupanças geradas na região, nos últimos anos, já possibilitam que, a partir do próximo triênio, a ação da SUDENE se exerça no sentido de diversificar as fontes internas de financiamento de capital e, assim sendo, se assegure, ao Nordeste, maior capacidade de decisão.

PARTE TERCEIRA
O III Plano Diretor

CAPÍTULO IV

AS GRANDES LINHAS DE AÇÃO

1. ANTECEDENTES

As observações, que se seguem, serviram de base à SUDENE para traçar as diretrizes operacionais do III Plano Diretor :

I — Em suas linhas gerais a política e os programas consubstanciados nos dois Planos Diretores constituiram-se numa forma adequada de enfrentar problemas básicos da Região, como se depreende das reações positivas que a economia nordestina vem apresentando, graças aos estímulos, em boa parte, oriundos do Setor Público.

II — A execução dos programas e dos projetos indicou, porém, dificuldades operacionais, nem sempre levadas na devida conta na fase de elaboração dos mesmos, as quais foram responsáveis pelo não atendimento de metas previstas e pela distorção do modelo inicialmente concebido; dentre elas, sobressaem :

a) Deficiência do aparelhamento dos órgãos públicos e das agências de desenvolvimento regional, para as tarefas executivas, bastante ampliadas com o volume dos recursos que lhes foram postos à disposição pelos Planos Diretores.

Cabe notar, a propósito, que, mesmo procurando fazer face a tal problema, com a realização de cursos de treinamento, a ação da SUDENE foi tímida em relação às necessidades pessoal existentes. Além do mais, não considerou tôdas as dimensões da questão, pois, no que concerne à organização administrativa das entidades executoras, sómente em 1964 começou a participar de amplo projeto de reforma administrativa de âmbito estadual.

b) Resistências de órgãos públicos e privados a uma ação coordenada segundo os métodos e objetivos do planejamento.

Com efeito, apesar de a Lei, que criou a SUDENE, estabelecer, mediante a instituição do Conselho Deliberativo e da Secretaria Executiva, um instrumento destinado, por um lado, a harmonizar formulações técnicas com decisões políticas e, por outro lado, a compatibilizar os programas dos diversos órgãos com as prioridades do planejamento regional, na realidade não se atingiu inteiramente tal objetivo. Haja vista que ainda persiste, embora attenuada, a dualidade entre interesses regionais e interesses estaduais, e não se logrou eliminar de todo, superposição de funções entre os órgãos federais e as demais agências de desenvolvimento da Região.

Nada obstante, alguns resultados significativos foram obtidos, graças à adoção de uma política, por parte da Secretaria Executiva, destinada a melhorar

o interrelacionamento da SUDENE com os demais órgãos que atuam na Região e pela fixação de critérios técnicos para a destinação dos recursos. Com tal procedimento, têm-se induzido outros órgãos a atuar, cada vez mais, dentro da perspectiva do desenvolvimento regional.

No que tange à atuação do setor privado, para uma contribuição mais decisiva ao crescimento econômico do Nordeste, dois problemas distintos se apresentaram à SUDENE :

1) No setor industrial, o volume de investimentos realizados foi inferior ao montante de recursos captados pela SUDENE e postos à disposição dos empresários. Isso se deveu, entre outras razões, à falta de aptidão empresarial, seja para assumir riscos, seja para organizar-se de acordo com as exigências de novas tecnologias, agravada pelo desconhecimento do sistema de incentivos oferecidos pelo Poder Público e das oportunidades industriais da Região;

2) No caso do setor agrícola, foram limitados, às vezes, os instrumentos à disposição da SUDENE para superar a rigidez estrutural do próprio sistema;

3) Absorção progressiva da SUDENE por um sistema de administração pública que, pelas suas características tradicionais, é pouco ajustável às tarefas de programação do desenvolvimento.

É de salientar-se que a criação de sociedade de economia mista, pela SUDENE, só em parte conseguiu contrabalançar essa dificuldade, embora sem eliminá-la.

III — O estágio alcançado pelo desenvolvimento do Nordeste, em decorrência da nova política do Governo Federal, antes salientada, exige, já agora, novas linhas de atuação da SUDENE e a mobilização de novos estímulos para acelerar o processo de desenvolvimento.

2. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A ação da SUDENE, no III Plano Diretor, decorrerá, como é fácil de perceber, da análise anterior.

A preocupação central será de garantir a continuidade do processo de desenvolvimento planejado, de forma que, sem prejuízo, por um lado, da reformulação de programas anteriores e da adequação destes às novas exigências da etapa já alcançada e, por outro, da abertura de novas frentes de ação, se assegure a sua complementação e o seu desenvolvimento.

A estratégia adotada implica em três grandes linhas de ação :

I — Manutenção de políticas, programas e projetos anteriormente formulados, cuja validade é ainda admitida, ou cuja complementação se torna indispensável, para assegurar rentabilidade aos recursos já invertidos.

Com efeito, orientação distinta implicaria na diminuição da produtividade marginal dos novos investimentos e, ao mesmo tempo, no enfraquecimento das repercussões dos investimentos anteriores pela falta de complementariedade das inversões.

II — Superação de obstáculos, ora evidenciados, que contribuiram, em virtude da ineficácia dos instrumentos utilizados, para o não atendimento das metas de programas anteriores.

III — Identificação de novos fatores dinâmicos que, convenientemente aproveitados, assegurem um crescimento mais rápido da economia do Nordeste e

lhe possibilitem maior autonomia em relação aos centros de decisão situados fora do sistema.

A — Manutenção de política, programas e projetos anteriores

O modelo de desenvolvimento consubstanciado no III Plano Diretor apresenta vários pontos comuns em relação aos anteriormente adotados, devendo-se salientar, dentre outros :

- a) A importância assegurada aos investimentos em infra-estrutura;
- b) O papel dinâmico atribuído ao setor industrial, pela sua capacidade de induzir o crescimento de outros setores;
- c) A ênfase aos programas de pré-investimentos como base para implementação de programas nos setores produtivos.

Dai que a maior parte dos programas nêle contidos e que absorvem a parcela mais ponderável dos recursos representam o desdobramento de linhas de ação dantes estabelecidas. No entanto, cumpre assinalar que, comparando a composição, por setores, dos investimentos programados, em relação a planos anteriores, se nota a acentuação de uma tendência no sentido de :

a) Diminuir a participação dos investimentos em infra-estrutura. Tal tendência, já notada entre o I e o II Planos Diretores, explica-se : I — em decorrência da maior importância que, progressivamente, vão adquirindo outros setores da economia e campos funcionais, depois de ultrapassadas as primeiras fases de desenvolvimento; II — em virtude da possibilidade de, elevando-se a eficácia dos investimentos e garantindo-se a regular execução das obras, poder-se assegurar o mesmo nível de produto com a aplicação de menor volume de capital;

b) Aumentar, em termos absolutos e relativos, os gastos em Recursos Humanos. Na primeira fase do desenvolvimento, têm prioridade os gastos destinados à formação e ao treinamento de pessoal, para atender às necessidades, a curto prazo, dos setores capazes de assegurar maior dinamismo ao processo. Numa segunda etapa, é mister que se estabeleçam programas de médio e longo prazo, para o sistema educacional como um todo, e, bem assim, que se passe a desenvolver atividades naquelas funções que atingem, prioritariamente, os Recursos Humanos, sob o aspecto de beneficiários do processo produtivo;

c) Aumentar os investimentos diretos em agricultura e abastecimento. A necessidade de incrementar ou, pelo menos, manter a taxa de crescimento da produção do setor agrícola, exige hoje maiores inversões para melhorar a produtividade dos fatores, já que as possibilidades de continuar o crescimento extensivo do passado estão praticamente esgotadas. Por outro lado, a superação de obstáculos impedientes do crescimento do setor e disponibilidade de novos instrumentos de ação, por parte do Governo Federal, destinados a atuar sobre a estrutura agrária, permitem, no momento, que o setor agropecuário possa absorver, produtivamente, maior soma de recursos do que por ocasião dos planos anteriores.

B — Superação de obstáculos operacionais

Reconhecendo que alguns dos obstáculos ao atendimento de metas e programas, cuja execução se iniciou, são de difícil superação com os instrumentos de

que dispõe a SUDENE, pretende-se adotar medidas que possam, se não eliminá-los, pelo menos diminuir-lhes a influência.

I — No que concerne à deficiência de aparelhamento dos órgãos públicos e agências de desenvolvimento da Região, para as atividades executivas :

a) Intensificar os programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, direta ou indiretamente executados pela SUDENE, e apoiar programas outros de treinamento de pessoal, patrocinados por órgãos públicos e agências de desenvolvimento, desde que incluídos nas prioridades deste Plano.

b) Promover e apoiar, técnica e financeiramente, programas de reorganização administrativa, particularmente do Estado e do Município;

c) Propiciar um fluxo permanente de informações, orientado para os órgãos estaduais e municipais, a fim de mantê-los atualizados quanto aos estudos, pesquisas, métodos e técnicas, válidos para as condições regionais ou locais.

II — No que se refere às resistências de órgãos públicos e privados a uma ação coordenada segundo os métodos e objetivos de planejamento :

a) Quanto ao Setor Público :

i) Conforme o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, colaborar efetivamente na preparação dos programas anuais de trabalho das entidades e órgãos federais que se destinam, especificamente, ao desenvolvimento da Região, a fim de que, quando submetidos à aprovação da SUDENE, já estejam de acordo com as diretrizes do Plano Diretor;

ii) Complementar os trabalhos de coordenação, realizados ao nível do Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante reuniões periódicas entre representantes dos órgãos técnicos da Secretaria Executiva, dos órgãos federais e das agências de desenvolvimento regional, para garantir uma ação cooperativa mais eficiente;

iii) Definir critérios técnicos de alocação de recursos, onde, atendidos os interesses regionais, sejam levados, na devida conta, os interesses e as condições peculiares dos Estados;

iv) Estimular as atividades de planejamento realizadas a nível estadual, a fim de assegurar que as decisões políticas sejam adotadas em função de alternativas técnicas.

b) Quanto ao Setor Privado :

i) Para suprir a deficiência da capacidade empresarial da Região, ligada ao setor industrial : fortalecer as equipes dos órgãos estaduais, encarregadas da preparação de projetos; preparar, direta ou indiretamente perfis industriais, pondo-os à disposição dos empresários; elaborar modelos de organização de empresas industriais e dar assistência técnica, de forma direta ou indireta, para a implantação de novas unidades; e, finalmente, estabelecer programas de assistência técnica e financeira à pequena indústria;

ii) Para melhorar o conhecimento dos incentivos oferecidos pelo Poder Público e das oportunidades industriais da Região : adotar um programa bem mais ambicioso de divulgação, particularmente no Centro-Sul do País, das vantagens oferecidas ao industrial que investe no Nordeste, e pôr à disposição dos investidores em potencial os perfis industriais preparados por iniciativa da SUDENE;

iii) A superação da rigidez institucional no setor agrícola pode ser alcançada, em parte, através de medidas diretas, adotadas no próprio setor, ou indiretas, aplicadas em outros setores produtivos.

Entre as primeiras, sobressaem a reorganização da estrutura agrária e as atividades de extensão rural. A aprovação do Estatuto da Terra deu ao Governo Federal um instrumento de ação mais efetivo para eliminar alguns dos obstáculos referentes à estrutura agrária. Já as atividades de extensão, a que se pretende dar grande ênfase, se bem que de caráter complementar, representam um importante fator para a introdução das inovações tecnológicas na agropecuária e para o processo de acumulação de capital, pela utilização da produtividade marginal da mão de obra agrícola, em grande parte subempregada ou desempregada estacional, em trabalhos de melhoria da propriedade agrícola (canais de irrigação, cercas, pequenos açudes, etc.).

Entre as medidas indiretas, as mais importantes se referem à orientação dada ao processo de industrialização e à política de preços para os produtos agrícolas. O estímulo à utilização de matérias primas regionais, pelo setor industrial, representará um incremento da demanda de produtos agrícolas; com a industrialização, também será elevado, por sua vez, o salário real das pessoas que, deslocadas da zona rural, passam a ocupar-se em atividades industriais e a demandar um maior volume de alimentos do setor agrícola. A criação de indústrias de apoio à agricultura como, por exemplo, a de fertilizantes, constituir-se-á numa outra forma de atuação para eliminar a rigidez daquele setor. Quanto à política de preços para os produtos agrícolas, se bem que não seja um instrumento à disposição da SUDENE, deverá ser orientada, pelos órgãos competentes do Governo Federal, para complementar as medidas anteriormente indicadas.

III — No que toca à sua absorção progressiva por um sistema de administração pública não ajustável às tarefas da programação de desenvolvimento, a SUDENE, sem poder orientar-se em desacordo com a política traçada ao nível nacional, que deverá adaptar a administração pública brasileira às exigências do desenvolvimento planejado, propõe, no ante-projeto de Lei do III Plano Diretor, algumas medidas de âmbito limitado, mas que poderão dar-lhe maior flexibilidade operacional.

C — Novas linhas de atuação e mobilização de novos estímulos

A abertura de novas frentes de atuação, já propiciada pelo estágio de desenvolvimento atual, e a identificação e mobilização de novas forças dinâmicas e de potencialidades antes existentes, mas não devidamente aproveitadas, darão a tônica à estratégia de desenvolvimento adotada pelo III Plano Diretor.

O diagnóstico da economia do Nordeste, até o ano de 1963, e fatores novos decorrentes da política econômica adotada pelo Governo Federal, em 1964 e 1965, indicam uma modificação na constelação das forças responsáveis pelo crescimento da economia nordestina :

Entre outras observações, verifica-se que :

a) o setor exportador, um dos determinantes, no passado, do crescimento econômico da Região, não oferece grandes possibilidades de, com a atual pauta de exportações e a sua orientação para os mercados tradicionais, ampliar sua contribuição ao desenvolvimento regional;

b) o Setor Público, responsável no Nordeste por um montante ponderável dos investimentos realizados, não tem maiores possibilidades de fazer crescer o

seu nível de dispêndio na Região, em razão das diretrizes de política econômica adotadas para todo o País;

c) o crescimento agrícola, feito à base de aumento da área cultivada, com mínimas alterações na produtividade dos fatores, não pode ampliar-se substancialmente nessa mesma orientação.

Tal situação leva a que se procure identificar e mobilizar novos fatores dinâmicos, para substituir aquêles que, na atual conjuntura, não mais podem assegurar o ritmo de crescimento desejado para a economia do Nordeste, isto é, uma taxa anual de 7% para o produto bruto interno regional, o que significará, aproximadamente, uma taxa de crescimento *per capita* de 4,7% a. a. A obtenção do crescimento referido permitirá que o produto interno regional duplique nos próximos dez anos e o *per capita*, em quinze anos.

Além da modificação, já mencionada, na ênfase que se dará aos vários setores econômicos e campos funcionais, buscar-se-á utilizar melhor os estímulos anteriormente previstos, a aproveitar os novos fatores a seguir indicados:

I — Novas fontes de recursos financeiros, para assegurar um elevado nível de investimentos na Região.

As limitações das fontes tradicionais indicam que só o setor privado e os órgãos internacionais e estrangeiros poderão suprir, pelo menos em parte, a escassez de capital.

Até o presente, porém, não vêm sendo exploradas, suficientemente, essas fontes de financiamento do desenvolvimento.

Uma ação promocional mais eficiente da SUDENE junto ao setor privado poderá mobilizar, para aplicação, no Nordeste, em atividades de importância para o desenvolvimento, um volume ponderável de recursos financeiros. Não se pretenderá, no entanto, para que se atinjam os objetivos supra mencionados, aumentar os incentivos e os subsídios oriundos do Setor Público, para estimular a ação empresarial particular, mas, através de ampliação e conservação das economias externas, da melhor divulgação das vantagens concedidas ao investidor privado de medidas de captação direta de poupança e de medidas indiretas ligadas ao aperfeiçoamento do fator trabalho e da tecnologia existente, atrair e mobilizar a iniciativa privada para uma verdadeira colaboração no processo de desenvolvimento.

O aproveitamento dos recursos estrangeiros e internacionais será feito aumentando-se a capacidade local de preparar projetos dentro das exigências técnicas dos órgãos internacionais e mediante uma política mais agressiva para atrair créditos e doações de outras fontes. Como é óbvio, as decisões sobre as prioridades de investimentos serão fixadas pelos órgãos nacionais.

II — Novos meios para aumentar a produtividade dos fatores.

A par da intensificação de medidas adotadas com essa finalidade, pretende-se promover o melhor aproveitamento do fator trabalho com a adoção de funções de produção que assegurem o uso intensivo da mão-de-obra, particularmente a não qualificada, abundante na Região.

A criação de tecnologias adequadas às condições do Nordeste decorrerá, dentre outras medidas, da implantação de uma unidade de pesquisas tecnológicas, de âmbito regional.

III — Novas formas de operação e novos métodos de abordagem do desenvolvimento regional.

A experiência já adquirida autoriza a SUDENE a modificar o mecanismo operacional para a implantação dos programas, no sentido de transferir, cada vez mais, a outros órgãos públicos, sociedades de economia mista e órgãos técnicos, as atividades executivas. Com isso, será facilitada a função coordenadora que lhe é atribuída e aproveitadas as estruturas administrativas e técnicas existentes na Região.

Para assegurar o êxito dessa maior descentralização, que tem de realizar-se progressivamente, à medida que se vão aparelhando aquelas estruturas, a SUDENE intensificará os trabalhos de treinamento de pessoal, encorajará ou promoverá programas de reforma administrativa, especialmente nos Estados e Municípios.

A mobilização das comunidades para uma participação mais ativa nos programas de desenvolvimento, representando, por um lado, melhor aproveitamento dos recursos humanos locais e, por outro, a superação de resistência aos programas e projetos que a SUDENE pretende implantar, constituir-se-á numa nova forma de atuação prevista no III Plano Diretor. Isso se relaciona com a idéia, também implícita na orientação de descentralização executiva, de promover o melhor aproveitamento dos recursos e dos fatores que atuam no processo de desenvolvimento.

A abordagem, em termos de economia espacial, com a ênfase nas vantagens locacionais para dirigir a aplicação de recursos, substituirá, em muitos setores e campos de atuação, a metodologia até então utilizada pela SUDENE na implantação dos programas e projetos e nas disponibilidades existentes.

Nesse sentido, procurar-se-á identificar os polos de crescimento da Região e de cada um dos Estados nordestinos, que serão considerados áreas prioritárias para a alocação de recursos, e aproveitar vantagens locacionais, particularmente ligadas aos recursos naturais, implantando grandes projetos para aproveitá-los, com o que se criarão novos polos de dinamização da economia regional.

Os projetos integrados de estudo e aproveitamento de bacias fluviais, e a criação de grandes complexos industriais a partir das disponibilidades de recursos naturais da região (v. g. petróleo, álcool, sal, potássio, óleos vegetais) são, para finalizar, exemplos que, somados às experiências anteriores de atuação da SUDENE, ilustram a relevância que o III Plano Diretor dará à utilização dos instrumentos teóricos e operacionais da economia espacial para os objetivos da ação.

CAPÍTULO V

INFRA-ESTRUTURA

1. DIRETRIZES

O esforço desenvolvido pela SUDENE, no tocante à criação de uma infra-estrutura de serviços favorável ao desenvolvimento econômico e social no Nordeste, na vigência do I e II Planos Diretores, tem-se concentrado maciçamente em termos de ampliação da capacidade geradora e da construção de novas redes de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Ao lado dessa atividade, que atraiu cerca de dois terços dos dinheiros públicos investidos na região através da SUDENE, têm sido alocados recursos em outros setores infra-estruturais, tais como transporte e saneamento básico.

No que se refere ao setor de comunicações, pode-se dizer que nada foi feito, até hoje, pelos poderes públicos, em termos de interligação regional.

Na elaboração do III Plano Diretor, ao mesmo tempo em que se reduziu, em termos percentuais, a carga de responsabilidade financeira em atendimento de necessidades de infra-estrutura, manteve-se a concessão de prioridade aos trabalhos de energia elétrica, e acrescentou-se o setor de comunicações às cogitações dos responsáveis pela execução das atividades governamentais no Nordeste.

A manutenção da prioridade aos trabalhos de energia elétrica fundamenta-se na necessidade básica de incorporar áreas crescentes da região ao processo de desenvolvimento, não apenas pela oferta de eletricidade como bem de consumo a novos contingentes populacionais, mas sobretudo pela possibilidade de difusão do emprêgo dessa mesma energia como fator de produção, mobilizado para aumentar a produtividade, nas zonas urbanas ou rurais.

Quanto ao setor de transportes, a orientação adotada foi no sentido da complementação do sistema rodoviário do Nordeste, tanto para impulsionar a integração econômica das diversas áreas sob jurisdição da SUDENE, quanto para melhorar a ligação desta região com o Centro-Sul do país. O transporte ferroviário não foi contemplado no presente Plano Diretor, visto estar sendo objeto de reestruturação por parte de outras entidades governamentais, que se têm orientado no sentido de reduzir "deficits" operacionais, inclusive pela eliminação de linhas anti-econômicas.

Ao sistema portuário, de alta significação no processo econômico da região, foram destinados recursos modestos, e que terão efeito meramente complementar, uma vez que esse setor encontra-se amparado por outras fontes de recursos públicos.

Deixou-se, por outro lado, de destinar recursos para a melhoria do sistema

aerooviário, não apenas em face da insuficiência dos mesmos, como porque, também esse setor é beneficiário de recursos de outras agências governamentais.

Com referência ao setor de comunicações, considerou-se necessário iniciar um esforço no sentido de unir entre si os diversos sistemas estaduais, quer os já em funcionamento quer os simplesmente programados, complementando-os com obras absolutamente indispensáveis. Considerou-se, para esse efeito, o esforço empreendido por alguns Estados da região, que já dispõem, ou se preparam para dispor, de serviços de comunicação mais ou menos eficientes.

Finalmente, no de saneamento básico, será mantida, em suas linhas gerais, a orientação adotada nos Planos anteriores. Pretende-se, com isso, atender às necessidades mínimas de abastecimento d'água e de esgotos num grande número de municípios em que os serviços já foram iniciados, quer com recursos da SUDENE ou com a ajuda de organismos internacionais ou federais que atuam no Nordeste, quer através de recursos estaduais ou municipais.

Em resumo, pretende-se atender, com os investimentos de infra-estrutura descritos neste Plano, aos seguintes objetivos primordiais:

a) ampliação da capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, necessária ao atendimento da crescente demanda resultante da expansão industrial e de elevação de renda da população;

b) melhoria do sistema de distribuição, principalmente nos grandes centros urbanos, cujas redes obsoletas respondem por elevadas perdas de energia;

c) continuidade das obras de implantação, pavimentação e melhoria da Rete Prioritária Básica de Rodovias do Nordeste (constituída em sua quase totalidade de trechos do Sistema Rodoviário Nacional) indispensável à integração do Sistema Regional, e dêste com o do Centro-Sul do País;

d) melhoramento e reaparelhamento de portos, objetivando a melhoria de condições para a exportação e a importação de produtos manufaturados e de matérias primas de interesse da região;

e) estabelecimento de uma rede regional de comunicações, atualmente limitada a determinados centros;

f) construção de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários, a fim de atender à crescente urbanização decorrente do processo de desenvolvimento.

2. ENERGIA

Os programas a serem executados de acordo com as diretrizes do II Plano Diretor, no setor de energia elétrica, prevêem a alocação de recursos nos diversos sistemas em funcionamento ou em execução na área do Nordeste, a saber:

Sistema COHEBE — obras de construção da Usina de Boa Esperança, de sistema de transmissão em linhas de 220/66 kv e de subestações abaixadoras;

Sub-sistema Maranhão — complementação do sistema de transmissão de Boa Esperança e redes de distribuição de 12 cidades, dentro do Estado do Maranhão;

Sub-sistema Piauí — obras de complementação térmica nas cidades de Teresina e Parnaíba, complementação do sistema de transmissão de Boa Esperança e redes de distribuição de 8 cidades, dentro do Estado do Piauí;

Sistema CHESF — Prosseguimento de obras nos seguintes sub-sistemas;

Sub-sistema Cariri-Ceará — obras de transmissão de energia, irradiando da subestação de Milagres em todas as direções e da subestação de Banabuiu — para o sul do Estado, inclusive redes de distribuição em 23 cidades;

Sub-sistema Centro Norte Ceará — obras de transmissão de energia, irradiando da subestação de Fortaleza em todas as direções, da subestação de Banabuiu para o norte do Estado e da usina de Araras para 11 cidades, inclusive redes de distribuição dessas cidades.

Sub-sistemas Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, definidos pelo nome do Estado respectivo, compreendendo todas as obras de eletrificação em expansão a partir do sistema CHESF;

Sub-sistema São Francisco (Pe) e Sub-sistema São Francisco (Ba) — obras de transmissão e distribuição em expansão a partir do sistema da CHESF, nos Estados de Pernambuco e Bahia;

Sub-sistema Leste — obras básicas do sistema de transmissão da CHESF, visando ao atendimento dos parques industriais situados em torno do Recife e Salvador, inclusive as linhas de interligação de sub-sistema e fechamento de anéis de transmissão.

Sistema Rio das Contas — obras de geração no aproveitamento do rio, incluindo novas construções, ampliações e, também, expansão do atual sistema de transmissão;

Sistema Paraguassu — obras de geração no aproveitamento do rio e expansão dos sistemas de transmissão existentes;

Sistema Rio Pardo e Extremo Sul — obras de geração no aproveitamento do rio Pardo, expansão dos sistemas de transmissão e atendimento das regiões sob influência da cidade de Alcobaça e Medeiros Neto;

Sistema Três Marias — obras de expansão, do sistema CEMIG, bem como obras de geração, transmissão e distribuição dentro da área mineira de atuação da SUDENE.

2.1. GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição — Em 1959, ano em que a SUDENE iniciou suas atividades, o Nordeste apresentava um consumo anual *per capita* de energia elétrica, da ordem de 45 kwh, ou sejam apenas 16 do consumo verificado para o conjunto do país, que era de 285 kwh p/c. No ano de 1964, esse consumo se elevara a 60 kwh/hab/ano, em média, para toda a região. Considerando-se apenas a área servida pela CHESF, os dados já apurados permitem agora estimar o consumo em 90 kwh/hab/ano.

Na elaboração do presente Plano Diretor, considerou-se como meta a atingir o fornecimento de quantidades de energia capazes de fomentar, na área não servida pela CHESF, um consumo *per capita* equivalente ao da região atendida pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Para o estabelecimento desse critério, levou-se em consideração o fato de ser a área de influência da CHESF a que apresenta, no Nordeste, maior densidade demográfica, maiores taxas de urbanização e atividade econômica mais intensa.

O consumo adicional decorrente da nova oferta de energia, nas áreas ainda

não servidas por fontes hidráulicas, deverá ser, nessa hipótese, da ordem de 1.100 MWh. E, admitindo para esse consumo um fator de carga igual ao do Sistema CHESF, se chegará a um aumento de 250.000 KW na capacidade geradora da região. Parte dessa ampliação deverá ser obtida mediante aumento na capacidade instalada na própria Usina de Paulo Afonso, para atendimento das novas cargas que deverão ser ligados àquela fonte de geração. Todavia uma parte apreciável desse total a ser ampliado deverá ser obtido através da implantação de novas usinas geradoras, entre as quais cumpre destacar a de Boa Esperança.

Além desses 250 MW de capacidade geradora, a serem acrescidos aos já existentes, será necessária a instalação de 100 MW adicionais para fazer face ao crescimento vegetativo da demanda, que se vem verificando à razão de 8% anuais.

Em resumo, a situação pode ser apresentada em termos de um dilema, fundamental para a continuidade do surto desenvolvimentista deflagrado no Nordeste: a capacidade geradora da região deverá ter um aumento de cerca de 360.000 kW — que corresponderá a um acréscimo da ordem de 70% sobre a atual capacidade instalada — ou, caso isso não se concretize, a região permanecerá sob constante ameaça de racionamento no fornecimento de energia elétrica.

Praticamente, o aumento programado na capacidade geradora para o próximo triênio será todo obtido através da ampliação das usinas hidrelétricas existentes, ou pela implantação de novas usinas também hidrelétricas. Isso se justifica pelo fato de ser este tipo de energia o de menor custo.

O critério adotado para a alocação de recursos, por unidade produtora, com obras já em execução; secundariamente, destinaram-se recursos para novas fontes de geração que complementem as que vêm funcionando, ou ainda, as que disponham de recursos provenientes de outras fontes.

Objetivos — Prevê-se a instalação, no triênio 1966/68, de mais 343.352 KW, representando um acréscimo de 70% sobre a atual capacidade geradora do Nordeste.

O total acima não inclui as usinas térmicas que integram o Programa de pequenas Comunidades, o qual vem sendo executado pela CERNE.

Com as medidas aqui indicadas, se garantirá, em 1968, um consumo médio anual da ordem de 145 kWh/hab, na área da CHESF, e de 25 kWh/hab na área da COHEBE, com o atendimento a 660 comunidades, em que se concentram (excluídos Recife, Fortaleza e Salvador) 6.500.000 habitantes.

O consumo de 25 kWh/hab/ano, previsto para a área da COHEBE, muito baixo em relação ao da área da CHESF — que é pelo menos duas vezes inferior ao do país como um todo — justifica-se não apenas por se tratar de área de baixa densidade demográfica e de pequena atividade econômica, mas, sobretudo pelo fato de que o início da distribuição de energia elétrica sómente ocorrerá, ali, na segunda metade do triênio.

Sabido que, no primeiro ano de operação da usina de Paulo Afonso, o consumo verificado foi da ordem de 20 kWh/hab/ano, é lícito presumir um modesto consumo inicial na área de atuação da COHEBE, com aumento significativo para o triênio seguinte.

Se não obstante essa perspectiva de baixo consumo, a potência inicial de Boa Esperança foi dimensionada para 100.000 kw, é que razões de ordem técnica prevaleceram na elaboração do respectivo projeto, tendo em vista a necessidade de futura interligação dos sistemas CHESF/COHEBE.

2.2. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Descrição — O programa previsto visa possibilitar a continuidade do fornecimento de energia aos centros consumidores já supridos, bem como o atendimento a novas comunidades incluídas no Plano de Eletrificação do Nordeste, com a construção de cerca de 8.000 km. de linhas de transmissão.

Cabe salientar que parcela substancial de recursos se destina à construção de linhas de transmissão e de subestações, a fim de expandir a área de influência de Paulo Afonso e possibilitar cobertura integral para as sedes municipais.

Serão igualmente beneficiados os sistemas de Boa Esperança, Rio das Contas, Centro Norte-Ceará, Rio Pardo e Três Marias.

O critério de alocação de recursos foi a da ampliação das rôdes de transmissão e subestações, visando a expandir o mercado, com o atendimento de áreas não servidas. Considerou-se, no caso, a economicidade do centro a ser servido, na razão direta de sua população e na razão inversa da distância da fonte de suprimento mais precária.

Objetivos :

- a) construção de 500 km. de linhas de transmissão isoladas para 230 kV, no Sistema Boa Esperança;
- b) construção de 152 km. de linhas de transmissão isoladas para 138 kV;
- c) construção de 3.382,5 km. de linhas de transmissão isoladas para 69 kV;
- d) construção de 158 km. de linhas de transmissão isoladas para 34,5 kV;
- e) construção de 3.922,3 km. de linhas de transmissão isoladas para 13,8 kV;
- f) construção de subestações abaixadoras totalizando 285,5 MVA.

2.3. IMPLANTAÇÃO E REFORMA DAS RÊDES DE DISTRIBUIÇÃO

Descrição — Em complementação aos trabalhos de geração e transmissão de energia, prevê a SUDENE a execução de um programa de implantação e reforma de rôdes de distribuição, destinado a garantir a utilização da eletricidade por um número cada vez maior de consumidores.

A viabilidade do programa está condicionada à co-participação tanto das comunidades a serem beneficiadas, quanto dos Governos Estaduais sob cuja jurisdição elas se encontram.

A quase totalidade dos recursos previstos será empregada na implantação de novas rôdes de distribuição, tendo, porém, sido reservada uma parcela para realização de reformas nas rôdes de distribuição de algumas cidades em que o colapso no fornecimento de eletricidade, em virtude do uso continuado de material e equipamentos, comprometeria o êxito do programa.

O critério adotado na alocação dos recursos fundamentou-se na necessidade de, prioritariamente, atender-se às comunidades que deverão ter suas rôdes de distribuição ligadas a sistema hidrelétricos. Com isso, se atenderá concomitantemente ao Programa de ampliação dos sistemas de transmissão, objeto do item anterior dêste Plano.

Objetivo — O programa objetiva complementar todo o sistema de trans-

missão descrito no programa de ampliação dos sistemas de transmissão do Nordeste, descrito no item anterior, prevendo-se através dêle o atendimento a cerca de 360 localidades, com uma população conjunta estimada em 826.500 habitantes (excluídas Recife, Fortaleza e Salvador).

2.4. REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS RÊDES DE DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAIS E CIDADES IMPORTANTES DO NORDESTE.

Descrição — É sabido que o consumo de energia elétrica da região concentra-se sobretudo nos municípios da capital e em algumas cidades do interior.

Não obstante, são as grande cidades, exatamente por terem recebido antes das demais as vantagens da iluminação urbana e fôrça, aquelas que apresentam via de regra, os mais precários sistemas de distribuição de energia elétrica, exigindo providências do setor público, no sentido, por um lado, de corrigir defeitos que se vêm acentuando com o uso continuado do material em operação e, por outro lado, de permitir o atendimento de novos consumidores.

No presente Plano, a SUDENE alocou recursos suficientes, apenas, para o inicio dos trabalhos de modernização do sistema de distribuição de algumas cidades, deixando à cargo da ELETROBRÁS as medidas definitivas nesse setor.

O critério de distribuição dos recursos foi estabelecido em têrmos de dois fatores fundamentais conjugados : tamanho da cidade e condições mais precárias do sistema em funcionamento.

Objetivos — Tem por fim o programa, a reforma e a ampliação das rôdes de distribuição das cidades de São Luis, Teresina, Parnaíba, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Olinda e Aracaju.

2.5. PRÉ-INVESTIMENTO E OBRAS DE GERAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE USINAS DE PONTA

Descrição — Enquadra-se neste programa o estudo da viabilidade do emprêgo de Usinas Reversíveis ou de Bombreamento, prevendo-se, inclusive, recursos para uma construção-piloto de tal tipo.

2.6. PRÉ-INVESTIMENTOS E OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO DE PEQUENAS COMUNIDADES

Descrição — O Programa de Pequenas Comunidades foi traçado pela SUDENE em 1962 e pôsto em execução na segunda metade de 1963.

Por motivos vários, sómente no fim do corrente ano deverá ser concluída a primeira etapa, abrangendo 73 cidades.

É prevista, no triênio, a ampliação das áreas atendidas mediante a incorporação das cidades mais próximas, bem como a ampliação das instalações concluídas, em face do provável crescimento dos respectivos mercados.

No programa em causa tem-se em vista, ainda, acelerar a execução dos trabalhos através de entidades estaduais. Serão incluídas, então, as pequenas comunidades de todos os Estados da Região.

Para a alocação de recursos, foram observados os seguintes critérios :

a) Atendimento às cidades que, por sua localização geográfica, baixa densidade populacional e pequenas possibilidades industriais, estão fora de alcance dos sistemas hidrelétricos;

b) Conclusão de obras em andamento.

2.7. PRÉ-INVESTIMENTOS E OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Descrição — A partir de 1960, época em que os sistemas de transmissão da CHESF atingiram algumas áreas rurais do Nordeste, entidades governamentais, tanto de âmbito federal quanto estadual, começaram a dedicar tempo e recursos ao estudo da possibilidade de dinamização das atividades rurais pelo uso de eletricidade.

Com o presente Plano, e embora de forma ainda bem modesta, pretende-se o equacionamento do problema em termos regionais, para início de execução em sua fase operativa, durante o triênio.

Será levada em consideração, pela SUDENE, a possibilidade de aproveitamento da estrutura já existente da "Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste", aplicando nessa empresa as experiências obtidas pela CHESF. E, sempre que possível, espera-se contar com a cooperação de entidades de âmbito estadual, principalmente nos Estados onde um maior consumo de energia elétrica tenha levado os seus Governos à criação de quadros capacitados para executar serviços desse tipo.

Objetivos — Pretende-se, nos próximos três anos, a eletrificação rural dos vales do rios, nas regiões onde os índices de eletrificação urbana sejam maiores do que os da média do Nordeste e/ou onde as condições de exploração agrícola se mostrarem particularmente favoráveis.

2.8. PRÉ-INVESTIMENTOS PARA O APROVEITAMENTO DE NOVAS FONTES DE ENERGIA

Descrição — Enquanto os planos anteriores alocaram recursos maciços para expansão do sistema de distribuição de Paulo Afonso, sente-se já agora a necessidade de, sem prejuízo dos trabalhos de expansão da CHESF, diversificar os pontos de apoio à fonte básica de fornecimento de energia elétrica para a região.

Em razão disso, dar-se-á ênfase, no próximo triênio, ao estudo de alguns rios nordestinos, com vistas ao aproveitamento do seu potencial energético. Estes estudos, no que têm de concretamente demarrados em termos de possibilidade de desembolso da parte da SUDENE, serão voltados principalmente para determinados rios no Estado da Bahia, cuja viabilidade de aproveitamento já está comprovada.

Espera a SUDENE, no entanto, contar com substancial reforço por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — que se mostra propenso a financiar novas pesquisas e levantamentos em programas que poderão incluir um número avultado de bacias hidrográficas, em diferentes Estados da Região.

2.9. PREPARAÇÃO DE ELETROTÉCNICOS

Descrição — A fase executiva de um Plano, entre cujos objetivos a atingir

se incluem a ampliação da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, exigirá, concretamente, a mobilização de quantidades crescentes de pessoal especializado de nível-médio, sem o que será comprometida a própria viabilidade dos programas estabelecidos.

Em face disso, ficou estabelecido que se incluiria entre os programas de infra-estrutura, um referente à preparação de pessoal de nível médio, especializado em eletricidade.

Custo — Custo Geral do programa no triênio a preços de 1966 :

Cr\$ 142.120 milhões.

3. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.1. IMPLANTAÇÃO BÁSICA, MELHORAMENTOS, OBRAS D'ARTE E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Descrição — O presente Plano Diretor manterá, intensificando-os, os investimentos destinados à complementação da rede de transportes, emprestando maior ênfase ao sistema rodoviário.

A principal recomendação do III Plano Diretor, com o propósito de integração do sistema rodoviário, consiste no estabelecimento de uma rede prioritária constituída de rodovias, ou trechos de rodovias, que propiciem o melhoramento geral do transporte de passageiros e de bens da Região e, paralelamente, a ligação do Nordeste com os centros administrativo e econômico do país. Essa rede básica, ao mesmo tempo em que facilitará e desenvolverá o movimento entre as capitais nordestinas, assegurará o fluxo crescente de corrente de tráfego comercial entre o Nordeste e os Estados do Centro-Sul.

Incluem-se nesta rede as seguintes rodovias :

a) de interesse nacional e regional :

BR-101, entre Itabuna na Bahia e Natal, no Rio Grande do Norte; — BR-116, no Ceará; BR-135, no Maranhão; BR-316, no Maranhão e Piauí; BR-304, no Ceará e Rio Grande do Norte;

b) de interesse regional :

BR-226 e BR-230, no Maranhão; BR-222, no Piauí e Ceará; RPM, no Ceará; BR-226 e BR-110, no Rio Grande do Norte; BR-230 e BR-412, na Paraíba; BR-104, na Paraíba e Pernambuco; BR-232, BR-234 e BR-122, em Pernambuco; BR-316, em Alagoas; BR-235, em Sergipe; BR-242, na Bahia; BR-122 e BR-251, em Minas Gerais; e Sistema Rodoviário da Ilha de Fernando de Noronha. Os recursos que a SUDENE destina a essas Rodovias, serão acrescidos de outros oriundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sobretudo para a BR-101 e BR-116, e, eventualmente, de recursos dotados pelos Estados.

Grande parte dos trabalhos, a serem realizados nessas rodovias, consistirá em implantação, obras de arte e obras complementares. Noutras, e onde a sua importância o justificar, geralmente indicada pelo volume de tráfego ou pelas más condições do solo, far-se-á também a pavimentação, na medida proporcionada pelos recursos disponíveis. A pavimentação é sempre desejável quando o tráfego ultrapassar 200 veículos diários, desde que, além desse teto, as despesas com a conservação da rodovia cresçam rapidamente.

São os seguintes critérios gerais de prioridade para alocação de recursos :
a) rodovias que, ligando o Nordeste ao sul do País, sirvam a maior número de capitais, ou que suportem maior tráfego e tenham obras em andamento;

b) rodovias que liguem centros de produção a centros de consumo ou de exportação, que escoem maior volume de produção e tenham obras em execução;

c) rodovias que dêem acesso a projetos integrados de interesse da SUDENE, dando-se preferência àqueles que, a curto prazo, ofereçam maiores benefícios econômicos e sociais;

d) rodovias que liguem capital de Estado a um pôrto marítimo de que dependa parte do seu abastecimento ou de sua exportação e tenham obras em execução;

e) rodovias que dêem acesso a centrais hidrelétricas em substituição às que não ofereçam boas condições técnicas.

Objetivos — O Plano, para o triênio 1966/68, se destina a implantar e a melhorar uma extensão equivalente a 1.860 Km do sistema viário nordestino, bem como a promover a equivalente pavimentação de 780 Km e a execução das obras complementares necessárias.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966, Cr\$ 108.515 milhões.

3.2. EXECUÇÃO DE OBRAS, MELHORAMENTO E REAPARELHAMENTO DE PORTOS

Descrição — Os portos principais da região são os de Recife, Salvador, Mucuripe (CE) e Itaqui (MA), responsáveis por mais de 80% da carga movimentada, sendo que um deles, o do Recife, concentra quase a metade do movimento total de cargas operadas no Nordeste.

No estabelecimento de critérios de prioridade para ampliação e reaparelhamento de portos, entretanto, levou-se em consideração não apenas o volume físico das operações realizadas, mas igualmente a necessidade de explorar ao máximo a potencialidade de alguns pequenos ancoradouros, tendo em vista o atendimento de necessidades econômicas da sub-região a que servem.

Assim é que, ao mesmo tempo em que foram destinados recursos para o reaparelhamento ou obras de complementação dos portos do Recife, Salvador, Mucuripe (CE) e Itaqui (MA), que são os principais da região, previu-se a alocação de recursos, igualmente, para outros ancoradouros, como os de Aracaju, Natal, Cabedelo e Maceió, todos eles destinados a desempenhar importante função no processo de desenvolvimento do Nordeste.

Objetivos — O Plano prevê o prosseguimento da construção do pôrto de Itaqui, no Maranhão, bem como do pôrto de Mucuripe, no Ceará; e a ampliação e melhoramento dos portos da Bahia, de Natal (RN), Cabedelo (PB), Recife (PE), Maceió (AL) e Aracaju (SE).

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 10.345 milhões.

3.3. ESTUDOS E PROJETOS, EXECUÇÃO DE OBRAS, MELHORAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DO NORDESTE

Descrição — A SUDENE considerará pela primeira vez o problema das comunicações entre cidades da região. Atualmente, as capitais dos Estados e algu-

mas cidades possuem ou estão instalando serviços telefônicos. Existem, também, serviços telegráficos, pelo menos nas localidades servidas por estradas de ferro; serviços esses, porém, que via de regra funcionam precariamente.

Considerou-se, na elaboração deste Plano, que, ao lado de medidas relacionadas com o setor de eletrificação, transportes e saneamento básico, um programa de comunicações era indispensável para melhoria das condições de infra-estrutura do Nordeste brasileiro, na fase atual de seu desenvolvimento.

Objetivos — Prevê-se, durante o triênio 1966/68, a realização de estudos e projetos, bem como execução de obras de melhoramento e ampliação de sistemas de comunicação, segundo critério de prioridades a serem estabelecidos durante a fase de elaboração.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 1.500 milhões.

4. ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

Na área do Nordeste, restam ainda cerca de 1.600 cidades, que, em conjunto, abrigam 6.000.000 de pessoas, sem um sistema sequer razoável de abastecimento d'água e de esgotos sanitários.

Ao lado disso, nada menos de 400 cidades possuem obras de abastecimento junto, abrigam 6.000.000 de pessoas, sem um sistema sequer razoável de abastecimento d'água e de esgotos sanitários.

A partir do levantamento desses dados, estabeleceu-se através deste Plano Diretor um critério unificado para atendimento às necessidades mínimas de abastecimento d'água e saneamento básico do maior número possível de comunidades. Desta forma, tanto no que diz respeito ao abastecimento d'água quanto no referente ao saneamento básico, estabeleceram-se prioridades para :

a) obras em andamento e, dentre elas, as que exijam menores recursos para sua conclusão;

b) comunidades com maior população;

c) comunidades que apresentem problemas específicos, tais como o de enfermidades decorrentes do uso da água, e de necessidades de água para fins industriais e projetos especiais considerados fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste;

d) capitais de Estados onde a necessidade de uma atuação do Poder Público se faça mais evidente.

4.1. CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Descrição — A dispersão de esforços observada no trato do problema tem impedido que um maior número de cidades já se tenha efetivamente beneficiado dos recursos até hoje dispêndidos pelo Governo no sentido de abastecer d'água as populações nordestinas. Vultosas verbas têm sido pulverizadas em centenas de municípios, iniciando-se continuadamente novas obras, antes que as anteriores — algumas com mais de dez anos de iniciadas — tenham continuidade.

Para estabelecer o presente programa, foi necessário determinar uma classificação que agrupasse as cidades com índices semelhantes de consumo d'água, a partir dos dados referentes à sua população.

Classificaram-se, pois, as cidades por critérios populacionais, agrupando-se em três categorias diferentes, a cada uma das quais corresponderá um tipo de atendimento, como a seguir se indicará :

TIPO A : Sistema Completo — Para atendimento aos consumos domiciliar, comercial, público e certos usos industriais em aglomerados urbanos com população superior a 4.000 habitantes, considerando-se básico o consumo mínimo mensal de 15m³ por família de 5 pessoas.

TIPO B : Sistema Simplificado — Para atendimento ao consumo domiciliar, preferencialmente por meio de uma torneira (de vasão controlada) em cada residência em comunidades com população entre 1.000 e 4.000 habitantes, considerando-se básico o consumo mínimo mensal de 5m³ por família de 5 pessoas.

TIPO C : Torneiras Públicas — Suprimento por meio de poços, ou pequenas fontes protegidas, e torneiras públicas em comunidades com população inferior a 1.000 habitantes.

Objetivos — Pretende-se, através do programa, o abastecimento d'água de 145 cidades (35 do tipo A, 70 do tipo B e 40 do tipo C).

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 44.750 milhões.

4.2. CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS

Descrição — O problema de esgotos sanitários, sendo resultante da necessidade de ser dado destino conveniente às águas servidas, tenderá paradoxalmente a se agravar, à medida em que for sendo resolvido o problema do suprimento d'água em um crescente número de cidades.

Existem, hoje, nas cidades nordestinas, cerca de 1.000.000 de pessoas que não contam com um sistema de esgotos sanitários.

Análogamente aos sistemas de suprimento de água, adotaram-se três tipos para os sistemas de esgotos sanitários :

TIPO A : Sistema Completo — Para atender à coleta, nos domicílios, de águas servidas e conduzi-las ao seu lançamento final, em aglomerações urbanas com população superior a 4.000 habitantes.

TIPO B : Sistema de Coletores Simplificados — Para atender à coleta, nos domicílios, de águas servidas e tratá-las através de fossas sépticas domiciliárias ou coletivas. Em comunidades com população entre 1.000 e 4.000 habitantes.

TIPO C : Privadas Higiênicas — Para atender a comunidades com populações inferiores a 1.000 habitantes, em apoio ao Programa de Saneamento Ambiental da Divisão de Saúde do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE.

Objetivos — O programa visa, no triênio, à instalação de esgotos sanitários em 90 cidades (20 cidades do tipo A, 20 do tipo B e 50 do tipo C).

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 42.220 milhões.

4.3. PARTICIPAÇÃO DA SUDENE NO CAPITAL DA CAENE (COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO NORDESTE)

Descrição — A SUDENE, nos seus planos anteriores, procurou também atender ao difícil problema de operação e manutenção dos serviços já concluídos e que por falta de uma boa assistência estavam fadados à paralisação total.

Nesse sentido, é que foi criada a Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste (CAENE), a quem caberá a responsabilidade pela execução dos Programas de Saneamento Básico previstos no presente Plano Diretor.

Para que essa Companhia possa cumprir suas finalidades, torna-se necessária a concessão de recursos que constituirão o seu capital de giro e fundos indispensáveis às suas atividades.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 11.980 milhões.

4.4. ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS SANITÁRIAS

Descrição — Um dos pontos fundamentais para a implantação de um programa contínuo de trabalho é evidentemente, a coordenação no tempo, entre estudos e projetos por um lado e execução de obras, pelo outro.

Existe, ademais, a necessidade de uma constante atualização técnica, que se obtém mediante pesquisas de novos métodos, visando aprimorar a implantação dos sistemas sanitários em execução ou a executar nas diversas cidades da região.

Objetivos — Realização de estudos, pesquisas e projetos de engenharia sanitária, como subsídios imprescindíveis à programação e à execução das obras de saneamento básico.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 11.810 milhões.

CAPÍTULO VI

RECURSOS NATURAIS

1. DIRETRIZES

O desenvolvimento de uma região pressupõe o conhecimento e aproveitamento de seus recursos naturais. Esse conhecimento deve ser tanto mais intenso e completo quanto mais reduzido for o potencial desses recursos. É o caso do Nordeste, onde há necessidade de maiores investimentos, principalmente no estudo dos recursos de água e solo, como fatores preponderantes do desenvolvimento agropecuário, setor que ocupa cerca de dois terços da população ativa da região.

Os estudos efetuados nesse setor, pelas Universidades e Institutos de pesquisas, têm assumido geralmente um caráter acadêmico, sem visar à sua utilização num processo de desenvolvimento global.

Viu-se a SUDENE obrigada a investir maciçamente nesse setor, não sómente visando à atividade agropecuária, como a da produção de matérias primas, indispensáveis ao desenvolvimento industrial.

Os esforços realizados nos dois primeiros Planos Diretores serão intensificados durante a vigência do Terceiro Plano, procurando-se, já agora, a colaboração das Instituições de pesquisas da região. Isso permitirá o estabelecimento de uma política coordenada e tecnicamente justificada pelo aproveitamento dos dados adquiridos no processo global de desenvolvimento empreendido pela SUDENE.

O caráter altamente especializado, a escassez de técnicos e a extensão da área a ser levantada, são fatores que elevam os custos e dilatam os prazos de conclusão de serviços dessa natureza. Daí porque trabalhos iniciados, já há dois anos, deverão estender-se por todo o triênio correspondente à vigência do III Plano Diretor, e, muito provavelmente, terão continuidade em períodos subsequentes.

As linhas diretoras para os pré-investimentos ligados aos recursos naturais se dirigem a fins específicos, devendo promover:

- a) a cobertura cartográfica do Nordeste, dentro de critérios que garantem a uniformidade cartográfica do país, necessária como apoio aos levantamentos sistemáticos, à implantação da infra-estrutura, aos estudos de localização industrial, agrícola ou de novas cidades;
- b) o levantamento fotointerpretativo básico da região, de modo a fornecer subsídios para a pesquisa sistemática dos recursos naturais;
- c) pesquisas destinadas ao aproveitamento dos recursos minerais e vegetais, com vistas à transformação industrial e à exportação;
- d) pesquisas necessárias à qualificação e dimensionamento dos recursos hidrogeológicos com vistas ao seu aproveitamento para abastecimento de pequenas comunidades e fornecimento de água para a pecuária;

- e) estudos sistemáticos dos recursos hidrológicos de superfície, objetivando assegurar a coleta de dados necessários ao conhecimento do potencial dos recursos de água, assim como permitir a elaboração de prognósticos a curto e longo prazo dos fenômenos climáticos danosos;

- f) estudos sistemáticos dos solos nordestinos a fim de possibilitar a identificação das áreas prioritárias para aproveitamento agrícola, e a elaboração da carta de solos da Região;

- g) estudos de factibilidade para o aproveitamento das grandes bacias fluviais, dando maior ênfase à bacia do São Francisco, na determinação de seu potencial agrícola e energético.

Todo este esforço de pesquisas será dirigido, portanto, a objetivos práticos, ligados ao desenvolvimento econômico e ao progresso social do Nordeste Brasileiro.

Custo geral do Programa no triênio a preços de 1966 : Cr\$ 55.000 milhões.

2. CARTOGRAFIA

2.1. Levantamentos cartográficos

Descrição — Modernamente, em um programa racional de desenvolvimento econômico e, muito particularmente, para as pesquisas e aproveitamento de recursos naturais, fotografias aéreas e cartas são documentos básicos em todas as fases dos estudos e nos projetos de execução de obras de setores técnico-econômicos. Esses estudos abrangem os levantamentos necessários à execução de projetos específicos nos diversos setores do desenvolvimento, desde os sistemáticos até os detalhados.

A situação cartográfica do Brasil e, especialmente, a do Nordeste, é bastante precária, notando-se que uma insignificante área do país está mapeada na escala adequada ao planejamento sócio-econômico, enquanto a área de atuação da SUDENE sofre profundamente a ausência quase total de documentos cartográficos.

Estas foram as circunstâncias que conduziram ao estabelecimento do presente programa, com dois anos de execução.

Tem-se em mira a uniformização da política cartográfica do Nordeste, de acordo com a política cartográfica nacional, por meio de uma cobertura aerofotográfica sistemática preliminar, na escala de 1:70.000, com a utilização de câmera super grande angular. Tal cobertura é básica para o subsequente mapeamento topográfico na escala de 1:250.000, com originais de restituição na escala de 1:100.000.

Objetivos — O programa acima enumerado visa essencialmente aos seguintes objetivos :

- a) cobertura aerofotográfica sistemática, nas escalas compatíveis com os estudos e projetos da SUDENE;

- b) fornecimento, em tempo oportuno, da documentação cartográfica necessária não só aos levantamentos sistemáticos, como ao apoio imediato aos estudos, projetos e execução de obras em que a SUDENE tem interesse.

Prevê-se a curto prazo o recobrimento aerofotográfico em uma área de

100.000 Km²; construção de cartas topográficas, na escala de 1:250.000, em área de cerca de 100.000 Km²; a construção de cartas planimétricas, na escala de ... de 1:50.000, nas áreas onde não existe apoio geodésico básico, de 1^o ordem, totalizando 50.000 Km².

A médio prazo, pretende-se alcançar o recobrimento aerofotográfico de 300.000 Km², na escala de 1:70.000; construção de cartas topográficas na escala de 1:250.000 referente a 300.000 Km²; construção de cartas planimétricas, na escala de 1:50.000, correspondente a 150.000 Km².

A longo prazo, objetiva-se o recobrimento aerofotográfico de 1.100.000 Km² na escala de 1:70.000; construção de cartas topográficas em cerca de 1.350.000 Km², na escala de 1:250.000, construção de cartas planimétricas de 750.000 Km² na escala de 1:50.000.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 9.600 milhões.

3. FOTOINTERPRETAÇÃO

3.1 *Levantamento Fotointerpretativo Básico*

Descrição — Na orientação racional de pesquisa para aproveitamento dos Recursos Naturais de uma região cujos potenciais são deficiente mente conhecidos, deve-se partir do geral para o particular. Sem deixar, no entanto, de ocorrer às necessidades urgentes da demanda de tais recursos, e com base no conhecimento, embora precário, das regiões exploráveis, a pesquisa foi orientada no sentido de seu atendimento a curto prazo. A médio e longo prazo cogitar-se-á da adoção de uma política propícia ao reconhecimento sistemático e integral do potencial de recursos, de modo a permitir a determinação racional de futuras áreas prioritárias.

O reconhecimento do estado da carência, entre nós, de estudos geológicos, pedológicos, florestais, etc., básicos e indispensáveis para conhecimento dos recursos da Região e seu aproveitamento conforme um plano científico, justifica o programa.

É notória a rapidez e a síntese com que são feitos tais estudos por meio da utilização adequada da fotografia aérea, sem dúvida um grande fator de economia na pesquisa.

Por outro, o material fotográfico existente no Nordeste e a consecução do levantamento cartográfico, cuja cobertura será na escala de 1:70.000, servirão de justificativas bastantes para a realização do programa.

Objetivos — A curto prazo :

a) apoio técnico aos programas em execução, ao nível de utilização dos recursos estudados em área de 50.000 Km² de extensão;

b) conhecimento preliminar integral dos recursos potenciais da região numa área de 220.100 Km², mediante o levantamento dos estudos existentes.

A médio e longo prazo : Levantamentos sistemáticos dos recursos naturais da Região e escolha das áreas cujos potenciais indicarem prioridade para a programação de estudos mais detalhados, com a finalidade do seu aproveitamento.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 1.500 milhões.

4. GEOLOGIA

4.1 — *Pesquisas de Recursos Minerais*

Descrição — A atividade mineira do Nordeste participa com 0,2% do produto bruto regional, muito abaixo dos valores registrados em países subdesenvolvidos, onde essa atividade não constitui fator significante nas pautas de exportação. Além da produção relativamente pequena, a expansão do nosso parque manufatureiro está a exigir matérias primas de origem mineral em quantidade crescente, mesmo excluindo aquelas que se classificam como combustíveis.

Alguns minérios já explorados na região poderiam obter boa colocação no mercado internacional, carreando divisas para o país, caso fossem melhoradas as condições técnicas de produção. Entre êles, arrolam-se a Scheelita, o Berilo, a Tantalita e a Mica, que possuem características básicas de minerais exportáveis.

Por outro lado, a grande demanda, no mercado interno, de produtos minerais força uma evasão de divisas. Note-se que, mesmo excluindo o Petróleo e seus derivados, a importação de produtos minerais, como o Cobre, o Alumínio, o Estanho, o Titâneo, o Chumbo, o Enxófre, o Amianto e Fertilizantes, ultrapassa o montante de 200 milhões de dólares, anualmente.

É necessário um conhecimento básico das riquezas de minerais e minérios, através de um programa adequado e extensivo de pesquisas, que procure verificar em detalhes as possibilidades regionais de aproveitamento para atender às necessidades sócio-econômicas do NE, dirimir a corrente de importação e aumentar a nossa capacidade exportadora. Para isto, deve-se incrementar cada vez mais, o levantamento geológico em escala reduzida, base para o conhecimento e descoberta das ocorrências minerais em regiões selecionadas pelas suas características litológicas, mineralógicas e estruturais.

Simultaneamente, em áreas onde os estudos geológicos definiram ocorrências promissoras, como é o caso da Scheelita, Amianto, Gipsita, etc. serão executadas investigações detalhadas em escalas maiores, acompanhadas de prospecção, para possibilitar a exploração mineral seguinte, a fim de quantificar e qualificar a jazida.

Objetivos — O programa visa a dar continuidade ao mapeamento sistemático geológico do Nordeste e a ampliar as pesquisas minerais, em colaboração com o FIDENE e em convênio com entidades nacionais e internacionais, notadamente com o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia, de modo a promover o tombamento dos recursos do subsolo e sua utilização racional para o fortalecimento da economia do país.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 10.200 milhões.

5. BOTÂNICA ECONÔMICA

5.1 *Pesquisas de Botânica Econômica*

Descrição — Os dados encontrados na literatura existente são simples elementos de natureza qualitativa e divorciados do problema botânico da exploração permanente e racional das riquezas vegetais da região. Em grande medida, a ausência de dados quantitativos necessários ao estabelecimento de critérios econômicos para a utilização de matérias primas vegetais, deve-se ao fato de ter sido a

tentativa de avaliação dessas riquezas, até aqui, manifestação de esforços de cientistas dedicados à Botânica apenas como ciência pura e não aplicada a problemas de ordem econômica.

Na realidade, sómente conhecendo a população de cada espécie botânica, em cada tipo de comunidade vegetal será possível evitar a depredação dos nossos recursos, o que tem ocorrido com freqüência. Por outro lado, a utilização permanente e econômica de matas, tabuleiros, capoeiras, mangues e dunas não pode ser feita sem uma visão global da região.

Torna-se indispensável um programa adequado de pesquisas que realize o inventário dos recursos florestais remanescentes; investigações dos métodos racionalis de exploração da vegetação nativa dos tabuleiros pliocênicos litorâneos; verificação das possibilidades de aproveitamento industrial de plantas medicinais e tóxicas; pesquisas sobre a tecnologia industrial de fibras, madeiras, óleos, etc.

Cabe à SUDENE, nos limites de uma visão global da economia nordestina, estabelecer as condições que permitam identificar as implicações entre fontes dos recursos e necessidades do setor industrial e, simultaneamente, a conservação dos solos, a produção de madeiras e de outras matérias primas florestais.

Objetivos — Obter dados sobre a composição quantitativa das matas remanescentes, do manto herbáceo e do estrato arbustivo-arbóreo, dos tabuleiros, e também sobre a pontencialidade madereira das caatingas arbustivas e arbóreas, as plantas nativas medicinais e tóxicas e, sobretudo, a existência, no Nordeste de plantas produtoras de matérias-primas que não estejam sendo aproveitadas convenientemente.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 1.700 milhões.

6. HIDROGEOLOGIA

6.1 Pesquisa e aproveitamento de águas subterrâneas

Descrição — A relativa escassez dos recursos de água no Nordeste Brasileiro, que caracteriza esta região como semi-árida, decorre principalmente da irregularidade das precipitações pluviais e do alto índice de evaporação, em relação com suas peculiaridades geológicas.

Esse fenômeno cria condições de elevada instabilidade quando se acentuam as variações no regime de chuvas, causando a perda das colheitas, submetendo os rebanhos a longas caminhadas à procura de água e obrigando as populações a se deslocarem em massa a fim de garantir a sobrevivência.

Estudos anteriores evidenciaram a possibilidade de aproveitamento dos recursos de água subterrânea em área onde a ocorrência de sedimentação, aliada à profundidade em que se encontra o cristalino, fazia prever a existência de grandes aquíferos.

Há dois anos, a SUDENE iniciou trabalhos de pesquisas desses recursos principalmente em áreas cristalinas, com êxito que ultrapassou as expectativas mais otimistas, passando, logo a seguir, à fase prática do seu aproveitamento em benefício de pequenas comunidades rurais e da pecuária local.

Objetivos : A curto e médio prazo, dar-se-á continuidade ao programa anteriormente estabelecido de modo a se obter maior conhecimento sobre os aquíferos, as reservas utilizáveis e seu equilíbrio, possibilitando, assim, o cumprimento

de programas especiais de exploração, em maior amplitude e com uniformidade. Além disso, está prevista a abertura de 700 poços no triênio 1966/1968.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 13.200 milhões.

7. HIDROLOGIA

7.1 Pesquisas Hidrológicas Sistemáticas Básicas

Descrição — Para uma região de características semi-áridas em grande parte de seu território, sujeita a fenômenos climáticos danosos, o recurso água avulta na constelação de recursos naturais como elemento escasso, de grande significado no desenvolvimento regional. Elemento condicionante da evolução da vida vegetal e animal, e, por conseguinte, fator de estabilidade e flutuação sócio-econômica, seu reflexo no processo de crescimento econômico, se bem aproveitado, impõe-se como uma evidência.

O desenvolvimento do Nordeste deve ser alicerçado em uma sábia política de utilização de seus potenciais hidrológicos, o que implica a realização de pesquisas de caráter sistemático intensivo, geral ou específico, abrangendo todos os aspectos correlatos, como as possibilidades de aproveitamento extensivo nas diversas regiões geomorfológicas, ou os múltiplos integrais dos recursos de água nas bacias fluviais.

Dar-se-á prosseguimento às pesquisas de caráter sistemático de extensão geral para o completo conhecimento do ciclo hidrológico e suas causas meteorológicas, a fim de assegurar ao governo subsídios para a avaliação do potencial hidrológico do Nordeste, objetivando a fixação de uma política racional de aproveitamento dos recursos de água e o estabelecimento de leis relativas ao direito ao uso da água; bem como assegurar, para as entidades privadas, dados básicos necessários à racional exploração desses recursos.

Objetivos — As linhas de atuação desse programa estão refletidas essencialmente no estabelecimento e no funcionamento da Rêde Hidrométrica do Nordeste e do Bureau Central de Hidrologia. Esse conjunto propiciará dados de 3.200 estações, das quais 530 serão instaladas no triênio.

Os trabalhos relativos àquelas unidades, iniciados em 1960, desenvolver-se-ão em caráter sistemático e progressivo, abrangendo os seguintes aspectos : implantação ou reestruturação, operação, fiscalização e manutenção das unidades constituintes das redes; coleta, processamento e análise dos dados obtidos.

Custo — Custo no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 5.000 milhões.

7.2 Pesquisas Meteorológicas Sistemáticas Básicas

Descrição — Ainda na vigência do Primeiro Plano Diretor iniciou-se este programa, como parte de um plano geral de pesquisas, objetivando maiores conhecimentos acerca da flutuação das condições meteorológicas do Nordeste, para a fixação de diretrizes, capazes de atenuar o impacto sobre a economia regional dos efeitos daqueles fenômenos.

São diretrizes deste programa :

- assegurar a coleta de dados meteorológicos e climatológicos básicos, segundo requisitos técnicos adequados;
- tornar disponíveis, para todos os fins, dados elaborados de climatologia;

c) obter, através de análises adequadas, prognósticos a curto e longo prazo dos fenômenos climáticos danosos;

d) desenvolver pesquisas meteorológicas e climatológicas específicas, visando a obtenção de subsídios para apoio técnico ao aproveitamento de recursos naturais de qualquer caráter.

Pleiteia-se para este programa o apoio da República Federal Alemã, da Organização das Nações Unidas e da Fôrça Aérea Brasileira, já estando assegurada a cooperação com o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Prosseguirão sistematicamente os trabalhos de reestruturação e operação da Rêde Meteorológica do Nordeste e o funcionamento do Centro de Estudos Meteorológicos do Nordeste, onde estão prescritas as seguintes realizações :

a) Instalação ou reestruturação de estações da rête meteorológica da superfície : 15 estações climatológicas e 75 sinóticas; profunda, a análise setorial revelou, a viabilidade a alcançar-se, a curto prazo,

b) Implantação da Rête Meteorológica de Altitude : 35 estações de balão piloto e 10 estações de rádio sonda;

c) Desenvolvimento de estudos climatológicos de prognósticos a longo prazo.

Custo — Custo no triênio a preços de 1966 : Cr\$ 2.200 milhões.

8. AGROLOGIA

8.1 Pesquisas Sistemáticas de Solos

Descrição — A elevada taxa de incremento populacional, simultânea a urbanização decorrente do processo de desenvolvimento, tem forçado as entidades responsáveis pelos problemas ligados à agricultura e ao abastecimento alimentar a assumir responsabilidades crescentes, no sentido de aumentar a produção agrícola, quer pela incorporação de novas zonas agricultáveis, quer pela elevação da produtividade das áreas já cultivadas.

A elevação da produtividade das áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura requer o emprêgo de novas tecnologias, baseadas no conhecimento tão profundo quanto possível das propriedades físico-químico-biológicas do solo.

Existem no Nordeste áreas novas que vêm sendo incorporadas à agricultura regional, nas quais são ainda empregadas técnicas obsoletas, com destruição dos recursos naturais, e prejuízo para a fertilidade do solo.

O passo inicial para uma política agrícola consistente é a elaboração da carta de solos da região, de modo a facilitar o conhecimento do seu potencial produtivo, de sua adaptabilidade às diferentes culturas e dos métodos mais racionais de cultivo.

Esforços vêm sendo realizados neste sentido, mas de um modo descontínuo e assistemático.

Pretende a SUDENE, com a colaboração do Ministério da Agricultura e entidades regionais atuantes na área, completar a carta de Solos do Nordeste.

Esta será a base da adoção de novas técnicas que permitam à agricultura da região responder positivamente ao aumento do mercado consumidor de alimentos e de matérias-primas, determinado pelo próprio processo de desenvolvimento.

Ao lado do levantamento sistemático dos solos, é assegurado apôlo técnico a programas específicos da SUDENE.

Objetivos — Visa à continuidade do programa de levantamento de Solos do Nordeste, iniciado com o II Plano Diretor, que permitirá :

a) elaborar a carta de solos da região;

b) fornecer subsídios científicos sobre os diferentes tipos de solos da região;

c) apoiar projetos específicos de desenvolvimento agrícola de responsabilidade da SUDENE.

Custo — Custo, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 2.300 milhões.

9. VALORIZAÇÃO DE BACIAS FLUVIAIS

9.1 Estudos para o Aproveitamento das Grandes Bacias Fluviais.

Descrição — O Governo vem, de longa data, realizando investimentos em 18 bacias fluviais, através da construção de obras e pesquisas, com vistas ao seu aproveitamento integrado, sem contudo, obedecer a um planejamento global. A SUDENE, em planos anteriores, chegou a conceber estudos com tais objetivos, sem que fosse possível avançar como pretendeu.

A intensão é promover o levantamento do potencial hidrológico dessas unidades de aproveitamento, bem como o uso atual dos recursos de água armazenada, de modo a permitir a definição da viabilidade relativamente à pequena e média açudagem e à programação hidroelétrica, hidroagrícola ou múltipla utilização das bacias fluviais.

Faz-se preciso, para isto, realizar o inventário dos dados básicos referentes aos recursos de água, e dos afins que se revelem de interesse para melhor interpretação daquelas. Estudar-se-ão, também, os sistemas de obras hidráulicas e suas atuais condições, relativamente à construção e aproveitamento. Caso sejam necessários, serão executados serviços na esfera de ação e engenharia, para complementar os dados existentes ou estudos de viabilidade referentes a projetos específicos de aproveitamento.

Objetivos — no triênio 1966/68, objetiva-se promover o levantamento das potencialidades em recursos naturais dos vales, estudos das possibilidades e das formas mais adequadas de utilização desses recursos, com vistas à integração de suas economias, dentro de um plano de desenvolvimento.

Os trabalhos evoluirão em três fases :

a) coleta de documentos e análises dos dados existentes e reconhecimentos exploratórios;

b) estudos das potencialidades das terras agricultáveis, recursos energéticos, avaliação do custo de ampliação das facilidades de transporte e estabelecimentos das prioridades para projetos específicos;

c) elaboração dos projetos de desenvolvimento dos vales e determinação da relação custo-benefício de tais projetos. Estes estudos deverão ser conduzidos pela equipe profissional da SUDENE, porém com a colaboração internacional da ONU, de programas bilaterais e de contratos com firmas estrangeiras ou nacionais.

Custo — Custo no triênio a preços de 1966 : Cr\$ 9.300 milhões.

CAPÍTULO VII

RECURSOS HUMANOS

1. DIRETRIZES

O I Plano Diretor, caracterizando-se pela ênfase dada aos investimentos infra-estruturais, não explicita o setor de recursos humanos, nem, consequentemente, apresenta uma programação específica para esse tempo.

Previu, apenas, medidas com efeito a curto prazo, para prover de mão de obra qualificada e especializada, certos setores considerados estratégicos para a execução dos programas e projetos prioritários e para absorver parte do excedente da força-de-trabalho da Região. Assim, por exemplo, a par de esforço de formação de pessoal para a própria SUDENE e para órgãos públicos do Nordeste, outras iniciativas foram contempladas com destaque, v. g. o treinamento de mestras e contramestres destinados a atender às novas necessidades decorrente do previsto reequipamento da indústria têxtil. Por outro lado, visando à criação de empréstimo, considerou, como os mais importantes, entre os critérios de prioridade para a concessão de financiamento ou de subsídios a projetos industriais, o da utilização intensiva de mão de obra e, no projeto de colonização do Maranhão, admitiu como um dos seus principais objetivos a absorção em atividades produtivas, de contingente populacional oriundo das zonas mais densamente povoadas do Nordeste.

Apesar da existência de um capítulo especial sobre Saúde Pública e Educação de Base, o programa previsto para esses setores, hoje considerados integrantes da área de Recursos Humanos, é bastante limitado, em virtude da própria orientação adotada de atuar predominantemente sobre a infra-estrutura e dadas as condições técnicas que não permitiram maior esforço naqueles campos. Dessa modo, os investimentos em Saúde reduzem-se à instalação de serviços de abastecimento d'água nas zonas urbanas dêles desprovidas; em Educação, o projeto-piloto de educação de base tem, apenas objetivo experimental, servindo de fundamento às atividades educacionais previstas no Projeto de Colonização do Maranhão.

No II Plano Diretor, já se prevêem, com destaque, dotações a serem aplicadas no setor de Recursos Humanos, que aí se confunde com o setor educacional e o setor de treinamento. A orientação seguida indica uma distinção entre programação de Recursos Humanos (que abrange a programação da educação e de treinamento) e programação social (equivalente à programação da habitação, do sa-

neamento básico, etc.), executados por distintos órgãos da Secretaria Executiva da SUDENE.

Aparece um programa de formação e treinamento de pessoal ("aperfeiçoamento do fator humano"), em diversos níveis de qualificação, para atender aos planos de desenvolvimento da Região, prevendo-se metas e repercussões a médio prazo. Quanto ao Setor Social, determina-se o prosseguimento da ação da SUDENE no campo do Saneamento Básico e um programa de Habitação Popular a ser financiado com recursos do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), administrado pela SUDENE.

Nenhuma referência especial é feita ao problema da criação de empréstimo, apenas continuando em vigor as medidas já anteriormente estabelecidas no I Plano Diretor.

Acentuando, ainda mais, a tendência de valorização do setor de recursos humanos no modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado no Nordeste, o III Plano Diretor admite um sentido bastante amplo para aquele setor. Recursos Humanos identificam-se com os setores de mão-de-obra e de empréstimo e com fatores que influem sobre o tamanho, a capacitação física, a qualificação, o grau de utilização e o aproveitamento do fator humano e/ou elevam as condições de bem estar da população. Nesse sentido, a ação comunitária, objeto de especial atenção do III Plano Diretor, é vista como um dos instrumentos de valorização e de melhor utilização dos recursos humanos. Consequentemente, a programação dos recursos humanos é, por um lado, programação da mão-de-obra e do empréstimo, e corresponde, por outro, à programação social, considerando nesta, tanto a influência dos fatores sociais (saúde, habitação e educação) sobre a força de trabalho, quanto os fatores sociais vistos como *serviços finais* oferecidos aos seres humanos, para elevar-lhes o nível de bem-estar.

Admitida essa amplitude para o campo de ação de planejamento de recursos humanos, que atinge o homem como agente e fator de produção e como beneficiário do processo produtivo, apresentam-se, a seguir, as diretrizes da política setorial do III Plano Diretor :

I — Os programas de capacitação e valorização da força-do-trabalho (através da educação, do treinamento, da melhoria das condições de nutrição, saúde e habitação etc.) são considerados prioritários em relação àqueles que buscam, primordialmente, elevar o nível de bem-estar das populações. Isso significa que, sendo escassos os recursos disponíveis, devem ser eles aplicados onde possam ter caráter mais reprodutivo e oferecer maior contribuição, de forma direta ou imediata, ao desenvolvimento;

II — Nos programas de capacitação e de valorização da força-de-trabalho é de elevação do bem estar das populações, procurar-se-á conciliar os benefícios econômicos e sociais, visando a oferecer oportunidades às classes econômicamente menos favorecidas, de modo a atenuar as desigualdades na distribuição da renda;

III — As altas taxas de crescimento demográfico, com o consequente número, cada vez maior, de pessoas que ingressam na idade de trabalho, exigem medidas especiais de criação de empréstimo, ou através da elevação das taxas de investimento.

timentos, ou da absorção direta dos desempregados, em menor escala, pelo Setor Público, especialmente :

- a) pela utilização de tecnologias de maior densidade de mão de obra;
- b) pelo incentivo ao artesanato e à pequena e média indústria, como setores com grande capacidade de absorção de mão de obra;
- c) por programas de ampliação da fronteira agrícola que possibilitem a absorção de parte dos excedentes populacionais;
- d) por um aproveitamento, mais econômico da terra, nas zonas rurais, aumentando-se, em consequência, a oferta de empregos, verdadeiramente produtivos, no setor agrícola;
- e) por programas que visem a criar condições nas cidades consideradas polos de crescimento, para absorver excedentes de população que naturalmente se destinam às grandes capitais.

IV — Impõe-se estimular a participação das comunidades beneficiárias, nos programas de desenvolvimento patrocinados ou coordenados pela SUDENE, seja como meio de garantir maior eficiência na execução, seja com vistas à valorização dos recursos humanos locais e à sua incorporação ao processo de desenvolvimento econômico e social;

V — Em todos os programas de recursos humanos, a SUDENE atuará prioritariamente junto ao Setor Público, mas cooperará também com o Setor Privado desde que a participação dêste nos programas e projetos seja considerada de interesse para assegurar maiores benefícios econômicos e sociais;

VI — A ação da SUDENE, no campo dos recursos humanos, se fará predominantemente de forma indireta, de modo a utilizar, quando capacitados, os órgãos já existentes na Região, e, quando estes não se acharem habilitados, buscando-se reforçar-lhes as estruturas e o funcionamento. Assim, na maioria dos casos, o trabalho direto executado pela SUDENE, limitar-se-á a :

- a) estudos e pesquisas para orientar as atividades executivas e os novos programas e projetos;
- b) formação e treinamento de pessoal para os órgãos executores.
- c) aparelhamento técnico-administrativo das estruturas executivas existentes;
- d) desenvolvimento de experiências-piloto (caso em que poderão ser prestados pela SUDENE os serviços finais de educação, habitação, saúde, etc.) cujos resultados constituirão valioso subsídio para as futuras atividades dos órgãos executores.

Custo — Custo geral do Programa, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 99.405 milhões.

2. ESTUDOS DE POPULAÇÃO

A orientação seguida pela SUDENE na realização desse tipo de estudos consubstancia-se nas seguintes diretrizes :

- a) o trabalho será feito de modo permanente e sistemático, para preparar e manter atualizado uma espécie de atlas dos recursos humanos do Nordeste;
- b) ao lado do trabalho sistemático, serão realizados estudos e pesquisas de caráter demográfico e sócio-cultural para apoio específico a programas e projetos de desenvolvimento;

c) tanto nos trabalhos sistemáticos como nos estudos e pesquisas para atender a solicitações específicas, dar-se-á ênfase à parte relativa ao mercado de trabalho, tendo em vista a importância desse campo para as atividades da SUDENE, tanto no tocante à programação geral, quanto no referente à programação de recursos humanos.

Custo — Custo a preços de 1966 : Cr\$ 3.530 milhões.

2.1 ESTUDOS E LEVANTAMENTOS SISTEMÁTICOS PARA O CONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição — A necessidade de dispor de dados para o conhecimento e avaliação dos recursos humanos, sob os aspectos de tamanho, capacitação física e qualificação, a fim de fornecer as bases para o estabelecimento da política da SUDENE em matéria de formação e treinamento de mão-de-obra e de criação de emprégos, exige a manutenção de um programa de caráter permanente, com esse objetivo.

Objetivos — Realizar estudos demográficos, sobre mercado de trabalho e de áreas sócio-culturais, com vistas a :

- a) Determinar os movimentos naturais da população (natalidade, mortalidade e migração), à base da análise e interpretação de dados censitários ou de pesquisas específicas de caráter complementar, a fim de estabelecer as tendências a curto, médio e longo prazos do crescimento da população total, por sexo, por grupos de idade e distribuição espacial;
- b) Estudar, através de dados censitários ou de pesquisas específicas, as relações existentes no Nordeste entre o desenvolvimento econômico e os fenômenos demográficos, de modo especial as migrações, dada a importância que elas assumem na Região;
- c) Estudar o volume e a composição da oferta e da demanda de mão-de-obra por tipo de atividade e por nível de qualificação, a fim de fornecer dados para o estabelecimento da política e de programas de criação de empregos e de formação e treinamento de mão-de-obra;
- d) Implantar, na Região, um sistema permanente de pesquisas sobre mercado de trabalho, de modo a manter atualizadas as informações sobre o volume e a composição da oferta e da demanda de mão-de-obra;
- e) Implantar serviços de emprégos, visando a exercer em caráter experimental e complementar, uma função reguladora sobre o mercado de trabalho;
- f) Determinar as áreas sócio-culturais da região, identificando as que se constituem ou se possam constituir em polos de crescimento, e, ao mesmo tempo, caracterizando aquelas onde obstáculos sócio-culturais vêm impedindo o seu desenvolvimento;
- g) Adotar uma metodologia de abordagem "compreensiva" do social, com o propósito de analisar, em sua totalidade, os fenômenos sociais que se verificam numa determinada área, e de interrelacioná-los com os fenômenos econômicos e geográficos.

2.2 ESTUDOS E PESQUISAS DE CARÁTER DEMOGRÁFICO E SÓCIO-CULTURAL, PARA APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Descrição — A programação e a execução de programas e projetos estritamente econômicos exige, muitas vezes, informações de caráter demográfico e sócio-cultural relativas a áreas específicas, que nem sempre se encontram nas prioridades estabelecidas pelo programa de *estudos e levantamentos sistemáticos*. Compete aí, ao órgão especializado da SUDENE, realizar os estudos e pesquisas para prestar as informações solicitadas.

Objetivos — A maior prioridade para esse tipo de trabalho é representada pelos estudos e pesquisas necessárias ao andamento dos programas de educação, treinamento, saúde, habitação, englobados no campo funcional de recursos humanos. Como segunda prioridade, aparecem os estudos e pesquisas para apoio aos projetos integrados, executados pela SUDENE ou por ela patrocinados.

Custo — Este programa é coberto com recursos dos órgãos que solicitam os estudos e pesquisas.

3. EDUCAÇÃO

A política da SUDENE no campo da educação será orientada através das diretrizes seguintes, algumas idênticas às anteriormente estabelecidas, outras modificadas à base da experiência já adquirida na execução dos programas ou em decorrência de se terem atingido novos estágios no processo de desenvolvimento :

a) A atuação da SUDENE concentrar-se-á, com maior ênfase, no ensino médio e nos programas de "formação profissional", ressaltando-se naquele nível os tipos técnicos (industrial e agrícola) e o destinado à formação de professores primários (ensino normal), dentro da seguinte orientação :

I — programas e projetos de construção, reconstrução, equipamento, reequipamento e formação de professores e administradores para as escolas públicas industriais, agrícolas e normais;

II — programas e projetos de equipamento, reequipamento, formação e treinamento de professores e administradores para as escolas industriais, agrícolas e normais, particulares de caráter gratuito;

III — programas e projetos de equipamento, reequipamento, formação e treinamento de professores e administradores para as escolas públicas secundárias e comerciais;

IV — programas e projetos de formação e treinamento de professores e administradores para as escolas particulares não gratuitas.

b) O ensino técnico de nível superior ainda terá atenção especial, para que se atinjam, ao menos, as metas previstas para o II Plano Diretor. Haverá, por outro lado, uma ampliação das áreas prioritárias para atendimento, incluindo-se agora Medicina, Administração, Enfermagem e Ciências Sociais entre as classificadas como de primeira prioridade, apesar de nem sempre serem da mesma natureza os programas previstos para atingi-las. Dentro dessas áreas, considerar-se-ão, apenas, aquelas especializações mais ligadas aos programas de desenvolvimento da Região;

c) No ensino primário, os investimentos previstos, com recursos da SUDENE, do Ministério da Educação e Cultura e de fontes estrangeiras, deverão ser suficientes para atender, até 1970, o crescimento vegetativo da população em idade escolar e eliminar o *deficit* de escolarização nas zonas urbanas do Nordeste;

d) Recursos da SUDENE serão aplicados em pré-investimentos (pesquisas, aparelhamento técnico-administrativo dos órgãos executores, treinamento de pessoal para os órgãos executores) e investimentos (construção, reconstrução, equipamento, reequipamento, formação e treinamento de professores). Só em caráter excepcional se admitirá a utilização de recursos da SUDENE para cobrir despesas de custeio (pagamento de pessoal, material de consumo, conservação, etc) e, assim mesmo, por período limitado;

e) Os programas e projetos destinam-se a atender prioritariamente ao Setor Público. A cooperação com entidades privadas será também mantida, obedecendo-se aos seguintes critérios :

I — inexistência de órgão público, na área considerada prioritária, para a execução do projeto;

II — existência de capacidade ociosa e conveniência de mobilizá-la com novos recursos.

A ordem de prioridade para atendimento do setor privado será :

I — entidades privadas que prestam serviços de caráter gratuito, mantidas com recursos do Poder Público;

II — entidades particulares que prestam serviços de caráter gratuito, mantidas com recursos públicos e/ou privados;

III — entidades particulares que prestam serviços a preços inferiores aos do mercado;

IV — outras entidades particulares.

Custo — Custo no triênio a preços de 1966 : Cr\$ 50.250 milhões.

3.1 ESTUDOS E LEVANTAMENTOS LIGADOS AO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES EDUCACIONAIS.

Descrição — Além dos estudos sistemáticos previstos no programa para o conhecimento e avaliação dos recursos humanos, que fornecerão as informações básicas sobre a oferta e a demanda atual e futura de pessoas por tipo e nível de qualificação, outras pesquisas deverão ser efetuadas para o conhecimento das variáveis internas do sistema educacional.

Para que tais estudos e levantamentos atendam às reais necessidades da programação educacional, compete ao próprio programador formular e dirigir o plano de estudos e de pesquisas, cuja execução caberá a órgãos especializados da SUDENE, das Universidades, das Secretarias de Educação ou de outras instituições públicas e privadas, idôneas.

Objetivos — Pretende-se, no triênio, promover estudos e pesquisas, dentre outros, sobre os seguintes assuntos :

a) Estudos para atender a todos os programas :

I — custos da prestação de serviço educacional;

II — retenção e evasão escolar;

III — rendimento escolar;

IV — localização de unidades escolares;

V — administração de sistema educacional;

VI — mecanismos de acesso no sistema educacional.

b) Estudos para atender ao programa de ensino primário e educação de base :

I — avaliação dos métodos de educação de adultos utilizados e em utilização no Nordeste;

II — possibilidades de utilizar a escola unitária completa nos programas de ampliação da rede escolar para as zonas rurais e para as pequenas comunidades;

III — implantação de um sistema de supervisão adequado a uma região em desenvolvimento;

IV — provisão de material didático para as unidades do ensino primário;

V — participação das comunidades na construção das escolas primárias.

c) Estudos para atender ao programa de formação profissional :

I — centros de treinamento e formação acelerada de professores para o ensino primário;

II — centros de formação profissional para operários destinados ao setor industrial, agrícola e de serviços.

d) Estudos para atender ao programa de ensino médio :

I — possibilidades da melhoria do ensino de Ciências Básicas nos cursos de nível médio;

II — ensino médio comprensivo e especializado, vantagens e desvantagens de cada solução para o caso do Nordeste;

III — acesso à Universidade — avaliação das alternativas adotadas ou propostas;

IV — formação e aperfeiçoamento do professor primário.

e) Estudos para atender ao programa de ensino superior :

I — a escolha das carreiras universitárias — fatores que a condicionam no Nordeste;

II — aproveitamento de estudos de cursos universitários na realização de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da região, sem prejuízo das suas atividades discentes.

Custo — Custo, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 200 milhões. O programa será integralmente financiado pela SUDENE.

3.2 ENSINO PRIMÁRIO E EDUCAÇÃO DE BASE

Descrição — A população de 7 a 14 anos do Nordeste apresenta baixos índices de escolarização, o que decorre, por um lado, da escassez de facilidades físicas para o funcionamento de classes em número suficiente e da falta de professores e, por outro lado, da má utilização da capacidade instalada, da inadequada distribuição dos professores e do reduzido grau de retenção do sistema escolar.

O quadro agrava-se com a baixa qualidade de ensino ministrado, o que é consequência da deficiente qualificação de grande parte do professorado, da carência de material didático, da inadequação dos métodos de ensino e da precariedade da estrutura administrativa do sistema escolar e dos setores técnicos de apoio à prestação de serviço educativo.

Apesar do grande volume de recursos já aplicados ou comprometidos no período de vigência do II Plano Diretor, dentro do Programa Aliança para o Pro-

gresso, dificilmente se conseguirá antecipar a consecução das metas previstas para 1970 : atendimento de toda a população urbana em idade escolar e alfabetização de, pelo menos, 80% dos analfabetos das zonas urbanas.

No III Plano Diretor, além da inclusão de recursos para atender aos encargos dos empréstimos já assumidos ou a serem assumidos, serão previstas dotações correspondentes a aproximadamente 19% dos recursos necessários ao financiamento total do programa, esperando-se que o restante venha a ser coberto pelos Estados e pela USAID/Brasil.

Objetivos — O programa visa :

a) a construção de 3.300 novas salas de aula, para oferecer 264.000 novas oportunidades de matrículas à população em idade escolar em princípios de 1969;

b) a alfabetização de, pelo menos, 200.000 adolescentes e adultos, através de cursos supletivos, e escolas radiofônicas e outros sistemas que utilizem os recursos audiovisuais;

c) a criação de condições para garantir a produção e a distribuição às escolas do material didático de boa qualidade e em quantidade suficiente, através de:

I — construção e equipamento de um Centro de Produção de Material Didático, destinado a atender às necessidades da Região;

II — provisão de recursos para a sua manutenção, pelo menos durante os primeiros anos (os recursos da SUDENE poderão ser utilizados com essa destinação na fase inicial de operação).

d) a extensão de escolaridade primária para 6 anos, com a construção e equipamento de 200 oficinas de artes industriais, que terão capacidade instalada para atender, anualmente, a 10.000 crianças que tenham cursado as 4 séries do curso primário fundamental comum;

e) a garantia de não deterioração da qualidade do ensino, particularmente pelo acompanhamento técnico do professorado, através da dinamização dos atuais sistemas de supervisão e de administração escolar.

Custo — O custo estimado para o programa é de cerca de Cr\$ 81.070 milhões, esperando-se uma contribuição de fontes estrangeiras da ordem de 61%, de fontes nacionais da ordem de 39% e prevendo-se, no Plano Diretor da SUDENE, recursos correspondentes a cerca de 19% do total.

Contribuição da SUDENE, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 15.480 milhões.

3.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Descrição — A rapidez com que se verifica o processo de desenvolvimento não permite ao sistema educacional reagir em tempo hábil para produzir os profissionais em número e qualificação suficientes para atender às exigências da demanda.

Mesmo nos países mais avançados, o sistema regular de ensino não tem podido capacitar-se para tanto, criando-se, paralelamente, organismos destinados a promover a chamada "formação profissional" (capacitação com vistas a adaptar ou readaptar pessoas, normalmente de forma intensiva e a curto prazo, para o exercício de um emprêgo ou de atividade econômica produtiva), cuja importância cada vez mais se vem acentuando.

No Brasil, a experiência de instituições como o SENAI, o SENAC e outras tem dado resultados promissores, sobrepondo o sistema regular de formação, ao

nível de operários qualificados, na provisão de pessoal para atender às solicitações decorrentes do processo de desenvolvimento.

Com a tendência de unificação do primeiro ciclo dos cursos de nível médio, pretende-se afastar do sistema regular de ensino a formação de operários qualificados, propiciando-se, no primeiro ciclo, uma base de conhecimentos que possibilitará, através de cursos rápidos realizados pelo sistema de formação profissional, aquela preparação. Tal orientação traz implicações a necessidade de ampliar a atuação desses órgãos para cobrir a área então ocupada pela rede regular do ensino.

Objetivos — Além dos objetivos gerais de atender, a prazo curto, as exigências da demanda de qualificados e de substituir o sistema regular de ensino na formação e treinamento de certas categorias de pessoal técnico, o presente programa pretende atingir os seguintes objetivos específicos :

a) criar, em cidades estratégicas do interior, Centros de Formação Profissional, destinados à formação de mão-de-obra qualificada para a indústria e o setor dos serviços, nas especialidades de : mecânica geral e de manutenção, mecânica de automóveis, eletricidade e eletrônica, instalações hidráulicas e de esgotos, marcenaria e carpintaria, etc. Pretende-se, com a localização de tais unidades, promover a descentralização da oferta, aproximando-se das fontes de demanda que começam a surgir no Interior. A organização de tais unidades está prevista com alto grau de flexibilidade, tendo-se buscado um tipo polivalente de Centro em lugar da unidade especializada, que só se justificaria onde houvesse grande concentração da demanda;

b) criar ou reforçar Centros de Formação Profissional para atender às necessidades do setor agrícola, fazendo nêles funcionar cursos rápidos que substituam parte da formação demorada, feita através das escolas da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV). Dar-se-ia a tais Centros o mesmo grau de flexibilidade e a polivalência que caracterizam unidades destinadas ao setor industrial e de serviços;

c) instalar Centros especializados ou ampliar-lhes a ação para atender à formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal dentro das seguintes áreas :

I — eletricidade (fortalecimento das unidades já existentes, implantadas com apoio do Governo Francês e da USAID/Brasil, e instalação de 5 novos Centros nos Estados);

II — mecânica (fortalecimento do Centro de Formação Acelerada que irá ser instalado, em 1965, com apoio do Governo Espanhol);

III — indústria têxtil (fortalecimento do Centro Regional de Treinamento Têxtil, instalado com a colaboração do Governo Japonês).

d) reforçar o sistema de formação profissional mantido pelo SENAI com recursos para construção, equipamento e reequipamento e formação de pessoal;

e) apoiar outros órgãos de formação profissional que atuem em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento;

f) criar centros de formação acelerada de professores e de treinamento de docentes leigos para atender às necessidades dos programas de ensino primário e de ensino médio;

g) fortalecer e desenvolver experiências e métodos para propiciar o treinamento em serviço.

Os recursos mobilizados para atingir a tais objetivos possibilitarão a que se formem ou treinem, no triênio :

- a) 20.000 operários qualificados para os setores industrial e de serviços;
- b) 5.000 operários qualificados para o setor agrícola;
- c) 500 mestres e contramestres para a indústria têxtil;
- d) 14.000 professores para o ensino primário;
- e) 1.000 profissionais, auxiliares de serviços de saúde, principalmente atendentes de enfermagem, em apoio aos programas de saúde.

Custo — O custo estimado para o programa de formação profissional é de Cr\$ 18.428 milhões, prevendo-se uma contribuição de órgãos internacionais e estrangeiros, da ordem de 22% e dos órgãos nacionais, num montante de cerca de 78%. A participação da SUDENE no financiamento do programa atingirá a .. 45,7% do total previsto.

Contribuição da SUDENE, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 8.400 milhões.

3.4. ENSINO MÉDIO

Descrição — Os esforços que os Poderes Públicos vêm fazendo para ampliar a área atendida pelo sistema educacional e melhorar a qualidade do ensino, são grandemente prejudicados pela deficiência de critérios técnicos para distribuir os recursos pelos diversos níveis e tipos de ensino.

As dificuldades, até agora ainda não definitivamente superadas mesmo em países desenvolvidos, de estimar as necessidades educacionais e, consequentemente o *optimum* de recursos a serem alocados, têm sido responsáveis pelo mau rendimento das ponderáveis dotações que os órgãos públicos vêm reservando ao campo da educação.

No caso brasileiro, a atenção se tem concentrado, até agora, de modo prioritário, no ensino primário e no ensino superior. Se historicamente é possível justificar essa orientação, mantê-la para o futuro significará desperdício de recursos, pelas razões que se passa a apresentar :

- a) A ampliação do atendimento da população em idade escolar primária, contribui, ao longo do tempo, para aumentar a demanda pelo ensino médio, cuja oferta não tem sido capaz de satisfazê-la;
- b) Em decorrência do processo de desenvolvimento, faz-se sentir a crescente necessidade de pessoal técnico de nível médio, para apoio executivo às atividades do pessoal de nível superior;
- c) O próprio aumento da oferta de profissionais de nível superior está condicionado pelo número de egressos dos cursos médios;
- d) O crescimento das oportunidades de escolarização primária exigirá grande número de professores para novas unidades, para reposição do estoque (em virtude de morte, aposentadoria, abandono da profissão, etc) e para substituir, progressivamente, os leigos.

Objetivos — A diversificação do ensino médio, entre nós, obriga a estabelecer separadamente os objetivos para os seus distintos ramos.

I) ENSINO INDUSTRIAL

As necessidades, decorrentes do crescimento do setor industrial, de aumento do número de profissionais de nível médio e de melhoria da qualidade destes, bem como o esforço para a unificação do primeiro ciclo dos cursos médios, associando-se à formação humanística a iniciação técnica, levaram a SUDENE a prever subprograma especial, cujos objetivos são :

- a) Aumentar a capacidade de produção de técnicos de nível médio através da ampliação e do reequipamento dos colégios técnicos industriais existentes;
- b) Melhorar a qualidade do ensino industrial, principalmente através de medidas ligadas ao aperfeiçoamento do professorado. O funcionamento do Instituto de Educação Técnica do Nordeste virá propiciar formação e treinamento adequados de modo especial ao professorado de cultura técnica, onde se notam as maiores deficiências. Daí a previsão de recursos para ampliação das atividades do Instituto em função do próprio crescimento das matrículas nos colégios industriais e ginásios;
- c) Construir e equipar 20 unidades de ensino ginásial, dotadas de oficinas de artes industriais e, através de reequipamento, promover o melhor funcionamento dos ginásios existentes, dentro da tendência de unificação do primeiro ciclo dos cursos de nível médio

II) ENSINO AGRÍCOLA

A provisão de pessoal de nível médio para o setor agrícola vem-se fazendo de forma bastante insuficiente, em grande parte devido à falta de recursos para concluir a construção e/ou o equipamento de unidades existentes, e para manter o funcionamento regular das escolas que dispõem das necessárias instalações e equipamentos.

O presente subprograma destina-se a suprir parte do *deficit* de pessoal de nível médio para o setor agrícola, tendo como objetivos específicos :

- a) Aumentar a capacidade de formação de técnicos de nível médio através da ampliação e reequipamento de 10 colégios agrícolas, garantindo-se recursos para o seu regular funcionamento;
- b) Aumentar o número de ginásios agrícolas que formarão pessoal ao nível de qualidades (construção e equipamento de 20 unidades, reequipamento de 20 unidades), garantindo-se, ademais, recursos para o seu regular funcionamento;
- c) Melhorar a qualidade do ensino agrícola, principalmente através de medidas ligadas ao aperfeiçoamento do professorado. Para tanto, prevê-se a construção e o equipamento de um Instituto de Educação Técnica que formará e treinará professores para atender às necessidades das escolas agrícolas e do sistema de formação profissional.

III) ENSINO COMERCIAL

O crescimento rápido do setor comercial e de serviços vem exigindo cada vez maior número de técnicos especializados, parte dos quais são formados através das próprias empresas, que promovem cursos para pessoas de nível médio que tem apenas formação geral.

O sistema educacional também se vem ampliando para formar esse tipo de profissional, principalmente através da iniciativa privada. Sem deixar de lado a importância social que a ampliação da rede privada de ensino comercial representa, pois, funcionando através de cursos noturnos na maioria de suas unidades, absorve boa parte da população que tem necessidade de trabalhar durante o período de estudos, convés ressaltar dois importantes pontos :

- a) O ensino comercial, desenvolvendo-se no Nordeste, mais acentuadamente no que concerne à formação de técnicos em contabilidade, desprezou os demais setores, como a formação de estatísticas, administradores e secretários, tão necessários para os serviços de apoio no processo de desenvolvimento;
- b) A formação técnica, por outro lado, carece de maior entrosamento com as atividades profissionais e o mercado de trabalho, além de não oferecer, muitas vezes, a capacitação exigida.

O esforço da SUDENE, no que se refere ao ensino comercial regular, será no sentido, exclusivamente, de melhorar-lhe a qualidade, estimular abertura de cursos que atendam à variedade das exigências de técnicos para apoio aos programas de desenvolvimento, assim como promover medidas destinadas a elevar a qualificação do professorado.

IV) ENSINO NORMAL

A amplitude do programa de ensino primário obriga à adoção de medidas complementares no esforço já encetado, para ampliar o sistema de formação de professores, supervisores e administradores escolares.

As soluções de emergência, tais como o treinamento de leigos e a formação acelerada, se bem que indispensáveis por mais alguns anos, não poderão substituir o sistema regular de formação.

Daí o presente subprograma, cujos objetivos são :

- a) Ampliar a rede de formação de professores, construindo, equipando e fazendo funcionar, no triênio, 20 colégios normais que poderão formar, a partir de 1970, 800 professores, anualmente;
- b) Ampliar o sistema de formação de professores, supervisores e administradores escolares, construindo, equipando e fazendo funcionar 5 Institutos de Educação e promovendo cursos de caráter intensivo em unidades já existentes;
- c) Promover cursos de especialização e de aperfeiçoamento para o professorado existente, pretendendo-se atender, no triênio, a 400 professores;

- d) Instalar, em Institutos de Educação e Colégios Normais existentes, núcleos audiovisuais (10 unidades), para melhorar a formação e o treinamento de professores.

V) ENSINO SECUNDÁRIO

Participando com o maior número de unidades e o maior volume de matrícula, representando o tipo de ensino médio de maior prestígio social, o ensino secundário não vem tendo, por parte da SUDENE, a atenção que, pela sua importância, lhe seria devida. É que, não proporcionando formação técnica, está em princípio fora das prioridades dos programas da SUDENE, por não contribuir diretamente para o desenvolvimento econômico.

Os reflexos da formação do tipo secundário na preparação dos futuros técnicos de nível superior não permitiriam que se deixasse de adotar medidas específicas para atingir aquele ramo do curso médio.

A ação da SUDENE não visará, porém, à ampliação das unidades de ensino secundário, mas se fará no sentido de melhorar a qualidade do ensino, através de programas que venham atender ao professorado, em geral, e através, de atuação específica para fortalecer o ensino de ciências básicas.

VI) CURSOS PRÉ-VESTIBULARES E COLEGIOS UNIVERSITÁRIOS.

O problema de acesso à Universidade vem recebendo tratamento especial por parte da SUDENE.

O programa de bolsas de estudos e cursos pré-vestibulares, com o caráter emergencial que apresentou, apesar de certas dificuldades na execução, teve resultados positivos. No entanto, conforme estava previsto, os cursos pré-vestibulares deverão ser substituídos por Colégios Universitários.

Pretende-se instalar, no triénio, pelo menos 3 colégios Universitários, para atender, anualmente, a 3.000 alunos.

VII) MELHORIA DO ENSINO DAS CIÊNCIAS BÁSICAS NOS COLEGIOS PÚBLICOS DO NORDESTE.

Considerando que a qualidade de formação do técnico de nível superior é, em grande parte, condicionada pela qualidade do ensino de Ciências Básicas ao nível médio, a SUDENE, desde o seu II Plano Diretor, procurou fortalecer tal tipo de ensino, promovendo, em convênio com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), Seção de São Paulo, o treinamento de professores de Ciências e a instalação de laboratórios de Física, Química e Biologia junto aos colégios públicos do Nordeste.

O êxito da experiência autorizou a sua ampliação criando-se, em convênio com a Universidade do Recife, o IBECC e a Fundação Ford, o Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE).

Pretende-se, no triénio, treinar 400 professores, no Centro de Ensino de Ciências ou através de cursos locais, e instalar 300 laboratórios em unidades de ensino médio no Nordeste.

Custo — Estima-se, para o programa de ensino médio, o custo de Cr\$

54.112 milhões, correspondendo a contribuição de órgãos estrangeiros a 40%, a de órgãos nacionais a 60% e da SUDENE a 30,5% do total do programa.

Contribuição da SUDENE, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 16.510 milhões.

3.5 ENSINO SUPERIOR

Descrição — O problema de escassez de pessoal técnico de nível superior apresenta-se como um dos entraves principais à execução dos programas de desenvolvimento da Região.

A oferta de oportunidades de ensino técnico-científico de nível superior é, em seu conjunto, e sobretudo em certos setores ligados de perto ao desenvolvimento, insuficiente.

Ademais, o desequilíbrio entre a oferta e a demanda é agravado pela falta de aproveitamento das vagas existentes, causada pelos baixos índices, em muitos casos, de aprovação nos exames vestibulares.

No que se refere ao pessoal discente, é de salientar o baixo nível dos alunos aprovados nos exames vestibulares, por deficiências dos cursos de nível médio, que não lhes oferecem condições para obter um bom rendimento na Universidade. Cumpre salientar, ainda, que parte dos estudantes universitários, devido ao baixo nível de renda das suas famílias, é obrigada a exercer atividade profissional, em detrimento de uma participação, em tempo integral, nos estudos.

Quanto ao pessoal docente, deve-se registrar que a maioria dos professores lecionam em regime de tempo parcial, mesmo naquelas carreiras em que a dedicação exclusiva aos trabalhos didáticos seria condição essencial para o bom andamento destes. O fato explica-se na medida da inexistência de uma autêntica carreira do magistério, onde o professor pudesse, sem prejuízo das suas necessidades financeiras, dedicar-se integralmente às tarefas docentes.

Objetivos — O programa de Ensino Técnico de Nível Superior, que representa uma continuação do programa já previsto no II Plano Diretor, tem como objetivos :

- a) Promover o aumento do número de vagas nos cursos superiores considerados prioritários para o desenvolvimento da Região, através de :

I — Ampliação das instalações e equipamento das unidades universitárias, com especial ênfase nas três grandes Universidades do Nordeste (Bahia, Recife e Ceará);

II — Aproveitamento integral da capacidade ociosa existente nas escolas superiores.

- b) Promover a melhoria das condições de ensino e pesquisa dentro da Universidade, através de :

I — Implantação progressiva de tempo integral para professores;
II — Implantação de um programa de pesquisa tecnológica de interesse para o desenvolvimento sócio-econômico da Região;

III — Melhoria da qualificação do pessoal docente, através de cursos de es-

pecialização no Brasil e no Exterior, cursos de pós-graduação instalados nas Universidades, contratação de professores nacionais e estrangeiros para as especialidades onde se notam as maiores deficiências no Magistério local;

IV — Melhoria do material didático em uso nas escolas.

Custo — Os recursos previstos no triênio estão estimados em Cr\$ 32.442 milhões, sendo a participação de fontes internacionais e estrangeiras da ordem de 35%, de fontes nacionais da ordem de 65% e da SUDENE da ordem de 29,6% do total.

Contribuição da SUDENE, no triênio, a preços de 1966 : Cr\$ 9.660 milhões.

4. TREINAMENTO

Os programas de treinamento incluídos no III Plano Diretor obedecerão às seguintes diretrizes gerais :

a) Consideram-se como de treinamento os programas destinados a promover a capacitação de pessoal, em caráter intensivo e/ou complementar, visando a atender, de imediato, às exigências decorrentes do processo de desenvolvimento;

b) A atuação da SUDENE em matéria de treinamento obedecerá às seguintes prioridades :

I — Atendimento às necessidades da SUDENE;

II — Atendimento às necessidades do Setor Público da Região;

III — Apoio a programas e projetos específicos, executados por órgãos públicos e/ou particulares e considerados prioritários pela SUDENE;

c) A execução dos programas de treinamento se fará diretamente pela SUDENE ou mediante convênios em que a SUDENE participa sob a forma de assistência técnica e/ou financeira. Procurar-se-á aproveitar, ao máximo, a capacidade técnica dos órgãos locais existentes;

d) O treinamento será feito, através de cursos, bolsas (no país ou no exterior) seminários e estágios.

Custo — Custo do programa a preços de 1966 : Cr\$ 4.600 milhões.

4.1 ESTUDOS E LEVANTAMENTOS LIGADOS AO CONHECIMENTO E À AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES E OPORTUNIDADES DE TREINAMENTO

Descrição — Apesar de já vir atuando no campo de treinamento há cerca de cinco anos, a SUDENE ressente-se, no seu trabalho, da falta de informações sistemáticas e atualizadas sobre a oferta e demanda de treinamento no país e no exterior. Tal fato origina, dentre outros, os seguintes problemas :

a) As solicitações de oportunidades de treinamento são sempre apresentadas sem a devida antecedência, não permitindo um estudo minucioso

da oferta ou a preparação de programas para ampliá-la ou modificá-la a composição, adaptando-a à demanda.

b) O desconhecimento das oportunidades de treinamento faz com que se percam preciosas ocasiões de capacitar pessoal, muitas vezes sem ônus para os órgãos nacionais e, em outros casos, não permite o aproveitamento integral do tipo de treinamento oferecido, por não haver meios de indicar os candidatos mais capacitados.

Objetivos — Daí a necessidade desse programa, que pretende atingir os seguintes objetivos :

I — Levantamento das necessidades e oportunidades de treinamento, com a devida antecedência, para permitir a adequação da oferta à demanda. Esse levantamento será articulado com o programa sistemático de estudos de população.

II — Verificação, particularmente junto aos órgãos públicos da Região, da forma de aproveitamento do pessoal qualificado neles existentes e, de modo especial, do que se submeteu a programas de treinamento patrocinados ou não pela SUDENE.

Os estudos e levantamentos que constituem esse programa serão realizados, no que concerne à demanda, de modo a atender, prioritariamente, aos seguintes órgãos :

- a) SUDENE;
- b) Conselhos e Comissões Estaduais de Desenvolvimento;
- c) Órgãos da Administração Federal e Estadual;
- d) Órgãos da Administração Municipal;
- e) Órgãos particulares que executem projetos considerados prioritários pela SUDENE.

Custo — Os recursos previstos, no triênio, estão estimados em Cr\$ 455 milhões, a preços de 1966, sendo totalmente financiados pela SUDENE.

4.2 PROMOÇÃO DE CURSOS E SEMINÁRIOS DE TREINAMENTO

Descrição — A dinâmica do processo de desenvolvimento exige, de modo particular no período da "decolagem", recursos humanos de alto nível a serem alocados nos setores estratégicos para a administração dos programas e para a execução dos projetos. A inexistência de tais quadros com o tipo de formação necessária às tarefas do desenvolvimento planejado e a inadequação do sistema educacional para produzir os técnicos em número e qualificação que correspondam à demanda, obrigaram a SUDENE a uma ação direta no campo de treinamento de pessoal.

Objetivos — Sabendo que um bom sistema educacional exige a atividade permanente de órgãos de treinamento, a SUDENE pretende implantá-los ou estimulá-los na Região, derivando de uma ação direta de promoção de cursos para uma atuação indireta de cooperação técnica e financeira com os órgãos que passarão a ministrar os cursos. Com isso, ampliar-se-á a capacidade instalada existente no Nordeste para tal tipo de programas, beneficiando-se aqueles órgãos que,

recebendo atualmente volumosas dotações para investimentos, vêm de imediato se multiplicarem suas necessidades de pessoal treinado.

No período 1966/1968, pretende-se atingir a 3.000 técnicos, através de cursos intensivos e seminários nas seguintes especialidades: desenvolvimento econômico e social, educação, economia agrícola e cooperativismo, setor público, transportes, energia, administração, saúde e outros que venham em apoio a programas e projetos específicos deste Plano.

Custo — Custo, no triênio, a preços de 1966: Cr\$ 2.055 milhões. O programa será inteiramente financiado com recursos da SUDENE.

4.3 PROMOÇÃO DE BOLSAS E ESTÁGIOS

Descrição — Uma das deficiências mais sérias da formação regular é o excesso de teoricismo no ensino, aliado a uma ausência de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Ao promover oportunidades de estágios, a SUDENE estará proporcionando, através do treinamento em serviço, a capacitação complementar indispensável aos estudos teóricos.

Objetivos — Considerando que, ao nível de pós-graduados, nem sempre o treinamento pode ser proporcionado no local, a SUDENE:

- a) Enviará técnicos para centros mais avançados, no país e no Exterior, concedendo bolsas de estudo. Neste campo, procurará aproveitar ao máximo a cooperação de instituições internacionais e estrangeiras;
- b) Regulamentará, de forma rigorosa, não só o mecanismo de seleção dos candidatos como o sistema de acompanhamento do bolsista, para verificar o real aproveitamento da oportunidade de treinamento oferecida, bem como sua utilização após a conclusão da bolsa;
- c) Procurará evitar ao máximo a concessão de bolsas que não sejam diretamente vinculadas a programas e projetos considerados prioritários para a Região.

Pretende-se, no triênio, conceder 400 oportunidades de estágios e 300 bolsas de estudo.

Custo — Os recursos previstos no triênio estão estimados em Cr\$ 1.576 milhões de cruzeiros, sendo a participação de órgãos internacionais e estrangeiros da ordem de 45%, a de órgãos nacionais de 55%, e a da SUDENE de 46% do total.

Participação da SUDENE, no triênio, a preços de 1966: Cr\$ 725 milhões.

4.4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA A ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS DA REGIÃO NA ORGANIZAÇÃO DE PROGRAMAS PRÓPRIOS DE TREINAMENTO

Descrição — A SUDENE é solicitada a atender a uma demanda sempre crescente de treinamento de pessoal, que ultrapassa, em muitos casos, os limites de sua capacidade de execução direta.

Por outro lado, é indispensável incentivar outros órgãos técnicos da Região na organização de programas próprios de treinamento, seja a título de aliviar a

carga executiva da SUDENE, seja para conseguir implantar uma nova mentalidade sobre os problemas de capacitação de pessoal.

Objetivos — Este Programa visa a atender, através de convênios, prioritariamente, os Órgãos Públicos das Administrações Federal, Estaduais e Municipais podendo estender-se a órgãos privados que atuem nas áreas referidas nos programas anteriores (desenvolvimento econômico e social, educação, economia agrícola e cooperativismo, setor público, transportes, energia e administração, saúde, etc).

Custo — Custo, no triênio, a preços de 1966: Cr\$ 1.365 milhões. O programa será integralmente financiado com recursos da SUDENE.

5. SAÚDE

A política da SUDENE no setor saúde obedecerá as seguintes diretrizes:

- a) A SUDENE terá uma ação executiva indireta, através da estrutura sanitária existente, e uma responsabilidade direta de coordenação e planejamento, a nível regional, de acordo com as diretrizes da política sanitária nacional;
- b) Os programas serão executados através do Setor Público, sem prejuízo da mobilização das comunidades para levá-las a uma adequada participação nas responsabilidades de manutenção e direção dos serviços locais de saúde;
- c) Serão considerados prioritários os programas que a menor custo beneficiam maior número de pessoas;
- d) Também terão prioridade no seu atendimento as necessidades consideradas requisitos ou decorrências de programas e projetos de desenvolvimento, principalmente aquelas vinculadas às atividades da SUDENE;
- e) Em todos os programas e projetos, considerar-se-ão sempre os problemas de saúde dentro de uma perspectiva global, de acordo com os princípios da medicina integrada;
- f) Dar-se-á ênfase aos programas e projetos destinados à resolução dos estrangulamentos críticos:

- I — Adequação das organizações sanitárias existentes às exigências de racionalidade do desenvolvimento planejado;
- II — Formação e treinamento de pessoal;
- III — Estudos e pesquisas destinados a responder às solicitações peculiares à nossa nosologia;
- IV — Ampliação da oferta de produtos profiláticos e terapêuticos essenciais, dentro da própria organização sanitária;

- g) Os recursos da SUDENE ou por ela coordenados terão, necessariamente, caráter complementar e catalítico em relação aos recursos dos órgãos executivos de saúde.

Custo — Custo do programa a preços de 1966: Cr\$ 29.055 milhões.